

REVISTA DA CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL

CONGREGAVIT NOS IN UNUM CHRISTI AMOR

Ideais de perfeição na santificação do Clero	
<i>Discurso de S.S. João XXIII à União Apost. do Clero</i>	577
Sabedoria, Simplicidade e Caridade na Pregação	
<i>Discurso de S.S. João XXIII aos Pregadores da Quaresma</i>	581
Govêrno das Casas de Formação	
<i>Pe. Dr. João Corso SDB</i>	585
O Hábito religioso	
<i>Pe. A. van Bierliet C SSR</i>	599
Cinema e Educação	
<i>Irmão Cláudio Celestino, Marista</i>	607
Alguma coisa sôbre a colocação de capital	
<i>J. A. M. Wiegerinck</i>	615
Em tôrno de um inquérito sôbre vocações falhadas	
<i>Pe. Frei Gil de Redenção OFM Cap.</i>	619
A "Porta Aberta" em Berlim	
<i>Pe. Arthur Robuske S. J.</i>	627
Casos práticos sôbre o direito das Religiosas — IV Sôbre o Confessor ocasional	
<i>Pe. Frei Rafael de União OFM Cap.</i>	633
<i>Conclusões da III Assembléia Geral da ABESC — Serviço Social</i>	637
<i>Comunicações</i>	638
<i>Novas Fundações</i>	640

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

IDEAIS DE PERFEIÇÃO NA SANTIFICAÇÃO DO CLERO

Discurso de S. S. o Papa João XXIII à União Apostólica do Clero, reunida em Roma para o centenário da Morte de S. João Maria Vianney-2/3/59

Nosso coração exulta de suavíssima alegria ao contemplar vossa distinta assembléia, Veneráveis Irmãos e diletos filhos sacerdotes que, acolhendo o convite da União Apostólica do Clero, vos reunistes em particulares encontros de espiritual alegria para honrar o celeste Padroiro da mesma União, S. João Maria Vianney, Pároco de Ars, de quem no próximo dia 4 de agosto ocorre o primeiro Centenário da morte.

Se grande e completo é sempre o prazer que experimentamos em receber os numerosos grupos de fiéis, e os eleitos representantes de várias Associações e Congressos, tem ele hoje um tom todo especial. Vossa presença suscita em Nossa alma os mesmos sentimentos que Nosso Predecessor S. Leão Magno expressou numa de suas homilias: "Nam quod proprie ad affectum animi mei pertinet, confiteor me plurimum de omnium vestrum devotione gaudere. Cumque hanc venerabilium consacerdotum meorum splendidissimam frequentiam video, angelicum nobis in tot sanctis sentio interesse conventum. Nec dubito nos abundantiore hodie divinae praesentiae gratia visitari, quando simul adsunt, et uno lumine micant tot speciosissima tabernacula Dei" (1).

Manifestamo-Nos portanto com simples familiaridade para uma conversa cordial convosco, Veneráveis Irmãos e diletos filhos.

Entre as universais solitudes do Supremo Pontificado muitíssimo Nos conforta o espetáculo de compacta unidade e de admirável harmonia, que o Clero diocesano oferece ao Nosso olhar. Como chama posta sobre o candela-bró, como cidade elevada sobre a montanha, êle é uma forma pacífica e generosa que, somente com seu exemplo, edifica as almas e faz resplandecer de luz brilhante a obra santificadora da Igreja. Altos ideais sustêm, hoje como sempre, Nossos sacerdotes. Êles alimentam o desejo de uma perfeita vida sacerdotal, que não desça a compromissos com o espírito do século; êles querem robustecer os vínculos de fraternidade sacerdotal, para que a vida espiritual e pastoral de cada um, superados os estreitos limites da solidão, se desenvolva com redobrado fervor e maior eficácia; êles se aplicam com incansável solicitude à colocação e resolução dos problemas sempre novos do apostolado atual.

Disso Nos regozijamos intimamente. Mas, de outro lado, são desconhecemos os perigos que o "inimicus homo" não cessa de semear também entre as obras mais santas. Nem Nos escapa como um mal entendido espírito de conquista e uma frenética procura de novidades possam produzir uma perda perigosa das genuínas virtudes sacerdotais. Queremos, portanto, confiar-vos uma

(*) AAS, LI (1959), 198-202.

1) Serm. II, cap. II; ML 54, 143.

lembranças dêste dia, para que a consideração da grandeza e dos deveres do Sacerdócio comum seja alento para manter firme e sólido o empenho de tornar perfeito o mais possível o serviço que o Senhor vos confiou.

1 — O Sacerdote, homem de Deus

O sacerdote é antes de tudo e sobretudo homem de Deus, "vir Dei". Assim vos imagina e vos julga o povo cristão, assim vos quer o Senhor. Procurai, pois, conformar vossa vida a êstes puros pensamentos, que essa definição por si mesma suscita em vosso coração. Dizendo homem de Deus, exclue-se do sacerdote tudo o que não é de Deus. Verdadeiro sacerdote é aquê- le que, como Abraão, escolhido para ser "pater multarum gentium", abandonou para sempre tudo para seguir a voz divina. De fato foi-lhe dito: "Egre- dere de terra tua, de cogitatione tua, et de domo patris tui et veni in terram, quam monstrabo tibi" (2). Sobre esta terra prometida levanta-se, para o ver- dadeiro sacerdote, a cruz. Ele nada mais procura se não a Cristo, "et hunc crucifixum". Na verdade Deus eterno e invisível se revela em Jesus; e o sa- cerdote deve ter seu olhar acostumado em descobrir o "Mediator Dei et ho- minum", que indica o Pai. "Tanto tempore vobiscum sum et non cognovistis me?... Qui videt me, videt et Patrem" (3).

Vossa vida, pois, seja impregnada do bom perfume de Cristo, no amor ardente d'Ele, que nos guia ao Pai. Esta é a verdadeira base de uma vida sa- cerdotal cheia de paz íntima e de irresistível encanto para as almas. Dize- mo-vos, portanto: "Amor Christi et amor silentii". Jesus Cristo seja vosso único amigo e consolador, nas vigílias perante o Tabernáculo ou à mesa de es- tudo, no cuidado dos pobres e dos doentes, no ministério da pregação sagrada. Procurai somente a Ele. Tomai sobre vós seu jugo suave e seu peso leve, praticando as virtudes próprias de toda vida consagrada: dedicação ao Senhor e às almas, trabalho insone para a Igreja, exercício das quatorze obras de mi- sericórdia, obediência pronta e sincera ao Bispo, respeito cheio de viril ternu- ra para as coisas santas.

Jesus não se encontra na vida dissipada, mesmo se se invocassem as mais sacrossantas razões de ministério. Por isso vos dizemos também: "Amor silentii". O silêncio é custódia segura de tôdas as virtudes, especialmente da castidade e da caridade; e garantia de eficaz trabalho pastoral.

Sêde portanto, sempre e em tudo, verdadeiros homens de Deus, silen- ciosamente empenhados na procura da perfeição e da caridade "in Christo Iesu Domino Nostro".

2 — O Sacerdote, Livro e Cálice

Um outro pensamento a Nós familiar queremos vos comunicar, Vene- ráveis Irmãos e diletos filhos, pensamento que já declaramos aos fiéis de Ro- ma e do mundo no dia em que tomamos pêsse de Nossa Catedral, a Arquiba-

2) Gen 12, 1.

3) Jo 14, 9.

silica Lateranense. Explicando o augusto sentido do solene rito litúrgico, chamávanos a atenção sobre dois objetos mais preciosos do altar: o Livro e o Cálice". E dizíamos: "O Bispo e todos os sacerdotes que colaboram com êle expressam o primeiro caráter da missão pastoral da Igreja: o ensino da doutrina sagrada. Eis no Missal os dois Testamentos; eis no anúncio feito ao povo o ponto principal e mais alto do sacerdócio católico... É aqui que, antes de tudo, apraz afirmar o caráter sagrado do ministério pastoral: a catequese sólida, brilhante e fascinadora". Também hoje, repetindo essas palavras, apraz-Nos indicar-vos como fonte principal de verdadeira doutrina e de salutar alimento para a missão pastoral, os Livros santos. Não bastam os compêndios e os prontuários de pregação, e nem as revistas teológicas mesmo as mais completas, se faltar êste fundamento; e ainda menos basta à vossa vida intelectual e interior a imprensa multicolor e subtilmente sedutora, que perturba o íntimo silêncio e o colóquio da alma consagrada com seu Deus. Como adverte Nosso Predecessor São Gregório Magno, de quem hoje ocorre a festa litúrgica: "Valde namque inter humana verba cor defluit: cumque indubitanter constet quod externis occupationum tumultibus impulsus a semetipso corruat, studere incessabiliter debet, ut per eruditionis studium resurgat" (4).

Recomendamo-vos, pois, o estudo assíduo da S. Escritura, da teologia, das ciências sagradas, à luz do vivo magistério eclesiástico, que vos mantenha sempre jovens no espírito, e vos sub-traia ao perigo de dar aos outros um ensinamento impreciso, ou nebuloso, ou ousado, ou monótono. As almas procuram a palavra de Cristo, e o sacerdote deve lha comunicar em sua integridade e frescura.

Ao lado do Livro, eis o Cálice" — dizíamos ainda. "A parte mais misteriosa e sagrada da Liturgia Eucarística se desenvolve ao redor do cálice de Jesus, que contém o seu Sangue precioso. Jesus é o nosso Salvador, e nós participamos místicamente de seu Corpo, a Santa Igreja. A vida cristã é sacrifício. No sacrifício animado pela caridade está o crescimento de nossa conformidade àquilo que foi o escopo final da vida terrena de Jesus". Também hoje vos exortamos com paternal afeto a fazer dos Sagrados Mistérios o centro de vossos dias. Não há perfeição nem verdadeiro amor a Deus e a Cristo, sem uma profunda devoção à Eucaristia, que é a vida de todos os fiéis, mas especialmente dos sacerdotes. Nela o Senhor docemente nos convida com o exemplo a nos despendar pelas almas, amar a renúncia, ser obediente como êle o foi, até à morte da Cruz (5).

O sacerdote que vive do Livro e do Cálice conserva intacta sua vocação "usque in diem Christi Jesu" (6).

3 — O amor às almas

Como última lembrança de Nosso encontro recomendamos-vos um outro grande amor, que deve transfigurar vossa vida: o amor às almas. Bem sabemos que é êste vosso ideal, mas não julgueis supérflua Nossa admoestação.

4) Reg. Past., p. II, cap. XI.

5) Cfr. Flp 2, 8.

6) Ib. 1, 6.

Ela é ditada por uma consideração que angustia os pastores de almas: como então, depois de tantos esforços e sacrifícios, depois de inumeráveis semeaduras, o fruto recolhido é muitas vezes tão escasso? Como então, mesmo adotando todos os meios de apostolado, não ressuscitam os mortos filhos da Igreja, assim como pela ação do servo do profeta Eliseu, de quem fala a hodierna liturgia quaresmal, o menino permaneceu inerte?

“Non surrexit puer!”. Às vezes não se realizam os milagres espirituais, porque a intenção nem sempre é pura; talvez porque não se procura sempre e somente o bem das almas, sacrificando-nos a nós mesmos para elas; talvez porque se confia demais em meios iguais aos dos homens, e por isso fracos, não baseados na oração e no sacrifício total.

Verdadeiro amor às almas, pois, quer dizer o trabalhar constante para a própria santificação, com o uso dos meios clássicos que a Igreja inculca com particular insistência, especialmente no tempo de Quaresma: “Hoc genus in nullo potest exire, nisi in oratione et ieiunio” (7); quer dizer, portanto, amor à oração e à contemplação, prática da penitência: procura contínua de melhoramento ascético — sem aliás usar formas que atrapalhem excessivamente ou mortifiquem a personalidade adulta de cada um.

Conclusão

Comunicando-vos estes pensamentos, um grande exemplo se levanta ao Nosso e vosso olhar, na figura rídiola do Santo Pároco de Ars, que verdadeiramente viveu, fora de toda pose e de toda retórica, os ideais da vida sacerdotal. Ele foi homem de Deus: amou o altar e as puras fontes da Revelação, atingiu com a vara mística da purificação as almas, e cooperou ativamente para sua salvação. Foi dito que “nunca serão conhecidas as graças de conversão, alcançadas pelas orações e sobretudo pela S. Missa do Cura Vianney” (8). É sua simples e convicta pregação descia aos corações de todos, para operar nêles prodígios de graça — enquanto anteriormente fora êle julgado desprovido de dons intelectuais! Qual a prova mais convencedora de que não são os recursos humanos que conquistam as almas, mas somente a virtude de Deus, que opera através de seus dóceis instrumentos?

Exortamo-vos portanto ainda a viver na perfeição de vossa vocação; e elevando ao Céu uma fervorosa oração, pedimos ao Senhor, pela intercessão da Virgem Maria, e do Santo Padroeiro da União Apostólica do Clero, que vos confirme em vossos santos propósitos, e vos conceda os frutos suaves do Espírito, “caritas, gaudium, pax, patientia, benignitas, bonitas, longanimitas, mansuetudo, fides, modestia, continentia, castitas” (9).

Para confirmação dos dons celestes, e como prova renovada de Nossa paternal benevolência, concedemos aos Nossos Veneráveis Irmãos, aqui presentes, como também aos Dirigentes Nacionais da Benemérita União Apostólica do Clero, e a todos os Nossos diletos Sacerdotes, a propiciadora Bênção Apostólica.

7) Marc 9, 28

8) F. Trochou, Vita, ed. Ital. p. 246

9) Gal 5, 22-23

SABEDORIA, SIMPLICIDADE E CARIDADE NO EXERCÍCIO DA PREGAÇÃO

Discurso aos Pregadores da Quaresma em Roma(*)

Queridos filhos,

O Senhor multiplica os ensejos de conforto para nosso espírito, para alegria e animação de todos, numa sequência de fatos e de encontros que tornam sempre mais confiantes na palavra do Pai dirigida a seus filhos.

Há poucos dias Nos encontramos no Retiro dos Santos João e Paulo dos Padres Passionistas com a linda coroa dos Párocos de Roma, reunidos ao redor do Senhor Cardeal Vigário e dos dois Vice-Gerentes.

Aquêlê encontro — apraz-nos dizê-lo também a vós — foi uma grande festa para Nosso espírito.

No começo da Quaresma, é-Nos particularmente caro dar-vos aqui as "boas-vindas", pregadores designados para o ensino costumeiro mais vivo e intenso da sagrada doutrina, na preparação da Páscoa; e dar, também de grande coração, as "boas-vindas" aos coadjutores no ministério paroquial das almas.

A voz do sacerdote é bendita e eficaz em todos os períodos de sua vida; mas na juventude, e na maturidade sempre vigorosa, adquire uma força de especial penetração.

Todos somos pregadores, e o devemos ser simultaneamente: "non auditores tantum, sed factores verbi": como a dizer: não simples ouvintes e transmissores mecânicos, mas testemunhas vivos dêste ensinamento divino(1).

É a Epístola católica de São Tiago que contém, pois, admoestações tão sábias e apropriadas a esta reunião, sobretudo em ordem à consecução, na mesma pessoa, daquelas eminentes qualidades que também tornam o sacerdócio santo verdadeiro elemento de força persuasiva.

A eloquência, que se associa à excelsa expressão das virtudes pastorais de quem fala, é o que de mais nobre e glorioso se possa esperar de um eclesiástico.

São Pedro Damiani ajunta o dúplice elogio ao filho do santuário, do qual todos esperam — são suas palavras — "ut sententiis spiritualis doctrinae exuberet et religiosae vitae splendore coruscet": que seja muito erudito na doutrina espiritual, e flameje de santidade(2).

Esta união das duas qualidades é sumamente necessária, já que a verdadeira santidade deve reverberar sua luz sobre o estudo da ciência sagrada e profana; e, de fato, vale mais a clareza e o exemplo da virtude que não a grandíssima erudição e a polidez curada da linguagem.

Remontando a ouvir os Padres da Igreja, volta mais verdadeira

*) AAS, LI(1959), 190-195

1) Tg 2, 23

2) Lib. VIII da epístola "ad Cintium".

a afirmação de São Gregório na homília trigésima sobre o Evangelho: "Otiosus est sermo docentis, si praeberere non valet incendium amoris". E a outra observação que segue na mesma página, do mesmo modo viva e penetrante: "Si intus non sit qui doceat, doctoris lingua externis in vacuum laborat" (3)!

Isto — o repetimos com prazer — como introdução e como satisfação.

De fato o complexo de circunstâncias que envolvem Nossa humilde vida e a vossa — novo Bispo de Roma, Pastor da Igreja universal, e seus coadjutores no ministério sagrado — abre o coração a uma grande esperança, e a um maior regozijo.

Esta participação vossa na grave tarefa de comunicar a sagrada doutrina, que é edificação do povo cristão, coordena graças particulares, para avigoreamento e proveito de todo o conjunto religioso que constitui a diocese.

Permiti algumas breves considerações, para diretriz e luz do ministério da palavra. O tempo sagrado da Quaresma as torna mais santas e mais oportunas. Elas dizem, despeito a todo o complexo de vosso falar aos fiéis: "verbo et exemplo".

Vivemos em tempos desordenados e difíceis de complicações muitas vezes febris, de extravagâncias que se tornam insaciáveis e prepotentes, no transbordar das relações, também entre cristãos, na vida civil.

O exercício da sagrada pregação, posta a serviço da ação sacerdotal, quer ser particularmente marcado por uma tríplice dignidade: de sabedoria, de simplicidade, de caridade.

1 — Sabedoria

A sabedoria se expressa na escolha acurada dos temas da pregação, seja ordinária de todo o ano, homilética; e catequística; seja extraordinária, ou característica da Quaresma e da preparação das maiores festividades do calendário litúrgico.

De nossas primeiras provas acerca do desenvolvimento da vida religiosa de Roma, consta-Nos que, na verdade, temos bastante sagrada pregação nas igrejas, nos institutos, nas associações piás: com um concurso vário de fiéis; às vezes mais, outras vezes menos consolador. Mas acontece, talvez, que uma certa discontinuidade de programa deixe de lado este ou aquele outro aspecto da doutrina, assim que representa, nos vários pontos, menor aderência ao programa geral do ensino de toda a verdade revelada. Um particular e bem estudado diretório poderá tornar-se uma linda flor entre as muitas que o próximo Sínodo Romano nos promete.

Não falta a tentação de fazer um pouco de poesia e de literatura sobre assuntos mais agradáveis: ou de especializar-se em apologética, talvez demorando-se sobre velhas formas, sem se ater às necessidades às vezes tremendas do tempo atual, e dos progressos da experiência pastoral.

Tenhamos cuidado: o povo nos pede o pão substancioso da verda-

3) In Ev., nº 3-5.

de: que não lhe demos trechos ou fatos mais ou menos edificantes que não deitam raízes profundas sobre o espírito.

Alguns destes argumentos são especialmente importantes e graves; como: a idéia da culpa e o castigo; o "reddere unicuique suum"; o culto privado e público; a santificação da festa; os sagrados deveres do matrimônio; a educação dos filhos; o respeito da pessoa humana; e tudo isso não com golpes de erudição vaga, mas com observações vivas e interessantes de doutrina celestial.

O ideal consiste em saber tão bem enquadrar a doutrina, nas devidas proporções, de modo que nada seja esquecido, e tudo dirigir ao incremento de sólida formação intelectual.

Ao primeiro aparecer do sacerdote, e logo depois de poucas palavras os fiéis — falamos daqueles que com os deveres do culto e de piedade não se esquecem do outro muito grave da instrução religiosa — percebem o grau de preparação remota ou próxima do orador, a oportunidade do argumento escolhido e a capacidade de síntese, assim que não deixe a impressão de que as conclusões pareçam ficar sem as premissas.

Grave dever que bate à consciência do sacerdote que fala, e que o faz tremer, é o eco vigoroso destas palavras de Santo Isidoro Ispalense: "Sicut in numismate metallorum figura et pondus requiritur, ita in omni doctore ecclesiastico videatur quid doceat et quomodo doceat!" (4).

2 — Simplicidade

A simplicidade é a grande qualidade do pregador que procura a via mais certa para tocar profundamente as consciências. Simplicidade não é falar ao acaso, ou "a braccio", como se diz em Roma: ela requer séria preparação de oração e estudo. Ela é exata direção do pensamento ao fim que quer se alcançar; é medida do tempo posto à disposição, tanto quanto baste à instrução dos fiéis, e não ao prazer de ouvir a si mesmos. A simplicidade não acaricia a preocupação de fazer boa figura, nem de procurar a palavra torneada que excita os aplausos: ela, pelo contrário, dá receio daquilo que pode fazer parar o movimento da graça nas almas.

Lembrai-vos das palavras de São Bernardo que diz preferir ouvir a voz do pregador, "qui non sibi plausum, sed mihi plañctum moveat" (5).

Relembremos os grandes apóstolos da história, os santos oradores do século quinze e dezesseis, os quais suscitaram entusiasmos, não através de formas de especulação filosófica, de coisas absurdas e indeterminadas, mas com a expressão nítida, imediata, apropriada e palpitante do ensinamento divino.

3 — Caridade

Será preciso repetir para nós que devemos ser os apóstolos mais convictos da caridade? e sê-lo, diríamos, obstinadamente também e sobre-

4) "Diem", 36

5) Sermo 9 in Cant. Cant.

tudo "in tempore iracundiae"? Sim, filhos diletíssimos: a caridade é o distintivo do bem pregador: na palavra, no trato, nos argumentos, no modo de os tratar, na especificação dos erros e das culpas.

"Si amatis Deum — assim Santo Agostinho — rapite omnes ad amorem Dei; rapite quos potestis: hortando, portando, rogando, disputando, rationem reddendo com mansuetudine, cum lenitate" (6).

Nada é mais certo e mais belo em louvor de um orador sagrado, de que as almas sejam levadas a pensar: é na verdade a imagem do bom Jesus. E' um seu discípulo, digno de veneração: "mitis et humilis corde".

Assim aconteceu aos sacerdotes mais distintos dos quais a história de cada diocese, e de todas as famílias religiosas, das mais antigas às mais recentes, guarda a lembrança. Lembramos com comovido reconhecimento os muitos e muitos que Nós mesmos encontramos pelo caminho. O próprio silêncio da assembleia: o reclinar pensativo de cabeças; depois de acorrer de muitos ao confessionário torna-se elogio do eclesiástico.

A caridade anda junto com a verdade. Portanto não temais repetir também este ano que chegamos aos dias de salvação, aos dias de penitência e de disciplina dos sentidos internos e externos. Dizei-o em termos respeitosos, mas inequívocos; como o dizia Jesus em seus tempos e à sua gente.

Preparamo-nos à contemplação da Paixão e Morte de Cristo, e das dores de sua e nossa Mãe, bendita e querida.

O cristianismo sem cruz, sem sofrimentos, sem os assaltos do maligno não é e não seria compreensível. Mas o sofrimento, de qualquer natureza, torna-se suportável, com a dádiva oferecida e recebida pela caridade. Lembremo-nos — e ensinemos aos nossos fiéis para que não o esqueçam.

O sofrimento santificado pela caridade aproxima sempre mais as almas do gozo da vida íntima com Nosso Senhor, daquele "vivere summe Deo in Christo Jesu" de quem reflete a vida de toda a sua Igreja, a qual é sim, sofredora, angustiada, e às vezes perseguida: mas permanece sempre álaçre, generosa e vitoriosa.

Para terminar, quase a resumo desta conversa do Pai com os filhos, queremos fique diante de vós este programa da próxima e de toda outra pregação:

— Deus nos chamou para iluminar as consciências, não para confundí-las e forçá-las;

— chamou-nos para falar com a mesma simplicidade com que se enunciam os artigos do "Credo apostólico", não para complicar a argumentação, nem para acariciar os ouvintes;

— chamou-nos para melhorar os irmãos, não para aterrorizá-los.

Assim nos assista Jesus bendito com a sua graça, que é "gaudium et pax in Spiritu Santo". Assim seja.

6) Narr. in Ps. 33, sermo, 2, 6.

GOVERNO DAS CASAS DE FORMAÇÃO (*)

Pe. Dr. João Corso S.D.B.

INTRODUÇÃO

Falamos a membros de diversos Institutos Religiosos e, mais diretamente, a Provinciais ou a Superiores, de acôrdo com o direito comum ou particular, a êles equiparados. Ao tratarmos, pois, das responsabilidades dos Provinciais, relativas às Casas de Formação, atemo-nos a quanto é **direito comum** (1), deixando para cada qual a inserção ou acomodação do próprio direito particular, bem como das próprias situações concretas às disposições dêste mesmo direito universal.

Nossa exposição visa uma apresentação **sistemática** e eminentemente **prática** da questão, com o fito de despertar nesta assembléia dos mui dignos Provinciais uma nova tomada de contacto com a gravidade dêste problema, despertar a discussão e solução das questões de interesse comum.

Desejando proceder com ordem e praticidade, apontaremos antes os **grandes princípios ou pressupostos fundamentais** da questão, em que se baseiam e donde promanam

- 1.º) As providências de ordem geral e
- 2.º) As providências de ordem particular, quer **peculiares**, quer **específicas**, a serem tomadas pelo Provincial no reto govêrno das Casas de Formação, **Concluiremos** elencando as conseqüências mais momentosas, que servirão de deixa para um exame conjunto do problema.

PRINCÍPIOS ou PRESSUPOSTOS FUNDAMENTAIS

1.º) Tôda a legislação e literatura relativa à nossa questão coloca facilmente em evidência o grande princípio pelo qual ela deve reger-se, e que podemos enunciar do seguinte modo:

(*) Relação do Pe. Dr. João Corso, S. D. B., Prefeito dos Estudos e Professor de Direito Canônico no Instituto Teológico Pio XI, na III Reunião dos Provinciais do Brasil, em julho de 1959; em nome da Província Salesiana de N. S. Auxiliadora, de São Paulo.

(1) Referimo-nos de modo especial à Constituição Apostólica "Sedes Sapientiae" (C.A.) e aos Estatutos Gerais Anexos (E.G.) que ora sintetizam tôda a legislação relativa precedente.

A responsabilidade máxima, que, praticamente, pesa sobre os ombros de um Provincial é a **formação conveniente e integral** dos candidatos à vida religiosa e apostólica, sacerdotal ou leiga, para a máxima adequação dos mesmos à própria missão pessoal e social.

De fato, a preocupação pela **observância**, que, em tese, é a súmula das suas responsabilidades, fá-lo-á constatar facilmente ser a formação passada a responsável principal pelas eficiências e deficiências do presente, e a melhor formação presente a condição básica de um maior desenvolvimento em extensão e sobretudo em profundidade da parte da Família Religiosa que lhe foi confiada. Consequentemente deverá concluir que o problema mais urgente a ser resolvido é, sem dúvida, o problema das Vocações e sobretudo o da sua conveniente Formação. Esta, pois, deverá ser a **máxima** das suas preocupações (2).

2.º) Tal preocupação deve estar também maximamente a peito a cada Provincial porque justamente ao par da sua importância evidencia-se a sua **dificuldade**. Pois se difícil é formar homens, se mais difícil é formar cristãos, difícilimo deverá ser (e bem a experiência no-lo atesta de fato) formar religiosos, apóstolos, sacerdotes (3).

3.º) Trata-se, em síntese (êste é aliás o cerne da Const. Ap. "Sedes Sapientiae" e Estatutos Gerais anexos) de levar a cabo uma formação **integral: religiosa**, no mais das vezes **clerical**, e praticamente sempre **apostólica** também (4).

4.º) Trata-se ainda da concretização dêste triplice objetivo, com vistas na oportuna **atualização** da **vida religiosa** dentro das exigências da nossa época (foi êste o tema central dos dois Congressos Gerais dos Estados de Perfeição de Roma em 1950 e 1956), sobretudo no que diz respeito ao **apostolado moderno** (5).

5.º) Trata-se de enquadrar-se nos **esforços comuns e conjuntos** de todos os Institutos de Perfeição (dentro respectivamente do espírito sempre mais genuíno do próprio Fundador (6) e de tôdas as Forças Ca-

(2) Este é um princípio implicitamente aceito por todos. Veja-se quanto diz a mesma C.A. nos nn. 6-8, 18ss, etc.

(3) Martii, Germ., I Seminari oggi, I. p. 13.

(4) C.A., I, 21s, 33; F.G., I; 514; 14; 35-48; 51ss, etc.. Aliás no mesmo sub-título da Const. e Estat. lê-se explicitamente: "Sobre a formação religiosa, clerical, e apostólica a ser dada aos clérigos nos estados de tendência à perfeição". — Note-se aqui que muitas normas em questão vinculam também os Institutos de Perfeição laicais, bem como aos leigos de Institutos clericais. O art. 16 § 3 reza assim: "2.º As normas porém, que, de maneira geral, dizem respeito à formação religiosa e apostólica, devem ser aplicadas, com as devidas adaptações, aos Institutos laicais e aos membros leigos dos Institutos clericais".

(5) Cf. "Sermo auspicalis Emm.mi Card. Clementis Micara", S.C.Rel., nos "Acta et Documenta Congressus Generalis de Statibus Perfectionis", Romae (A.D.C.G.S.P.), 1950, vol. 1, p. 92 e a "Allocutio Pii Pp. XII Delegatis Conv. Gener. Alteri", cu Com. p. Rel., XXXVIII(1957)XXXVI, V-VI, p. 270.

(6) É a recomendação constante de S.S. Pio XII em diversos documentos a diversos Institutos Religiosos, Cf. A.D.C.G. S. P., 1950 vol. 1, p. 3-30.

tólicas de Apostolado: (7), para a grande e urgente reforma do mundo mediante seu retorno a Cristo Jesus (8).

6.º) Mas trata-se sobretudo de uma adequação em profundidade, a única capaz de resolver também em extensão os grandes problemas individuais e sociais cuja solução a Providência nos confia.

Faz-se mister, pois, dar soluções verdadeiras e cabais a este grande problema da formação, condenando a um estracismo urgente e definitivo tudo o que foi ou é imediatismo, improvisação, empirismo precário e entravador, tradicionalismo contraproducente, numa missão de importância transcendental. É preciso, portanto, pôr-se à obra com planos bem premeditados, esquemas bem traçados, e, com antecedência conveniente, com meios, quanto possível, já de antemão definidos. Requer-se, numa palavra, que parece ser a palavra de ordem dos nossos dias, requer-se organização. Requer-se planejamento, requer-se especialização (9).

7.º) Pois bem, tendo em vista a natureza hierárquico-monárquica da Igreja, tendo em vista as vantagens e a necessidade da uniformidade nessas suas emprêsas vitais, sem deixar de levar em conta as peculiaridades de cada grupo, houve por bem à Santa Igreja ditar normas básicas e bem oportunas diretrizes para a regularização, organização, e conseqüente eficiência da formação nos diversos Institutos de Perfeição, sobretudo os clericais, declarando, além disso, de direito público as questões e as atividades atinentes a essa formação (10).

8.º) Deixa, é verdade, acabamos de o dizer, dentro do esquema geral, a possibilidade de terem os diversos Institutos suas peculiaridades, também, elas, aliás, a serem convenientemente aprovadas, a fim de adquirirem o mesmo caráter e importância do direito comum (11). Mas insta na sua observância, exige-a e reserva-se o poder de a controlar livremente, com severidade e rigor (12). E ainda onera a consciência dos Superiores responsáveis, a fim de que zelem atentamente por esta observância, da qual devem dar as devidas contas "coram Deo" e também "coram Ecclesia" (13).

E aqui faz-se mister uma observação. As leis quando não observadas logo perdem de certo modo a sua fôrça, caem no olvido e deixam de obter suas finalidades. Nosso amor à causa comum em tão delicada e urgente questão, pede-nos medidas inadiáveis. Nem podemos ignorar

(7) CELAM, Síntese de coordenação das organizações católicas do apostolado dos leigos, edição de "O São Paulo" da Arquidiocese de São Paulo, 1958.

(8) Cf. Lombardi, R., S.J. "Accomodata renovatio statuum perfectionis in suis essentialibus et communibus elementis", A.D.C.G.S.P., 1950, vol. 1, p. 107-122.

(9) C.A. 6-11; E.G., 1ss.

(10) Trata-se sobretudo da C.A. e E.G. Cf. de modo especial o n. 8 da C.A.

(11) E.G., 19.

(12) C.A., 40; E. G., 17s.

(13) A cada passo encontramos na legislação a insistência de que os Superiores ficam onerados em consciência no desempenho de suas obrigações relativas à formação, v.g., E. G. 13§2,20§1,26§2,27§1,2º;42§6,3º, etc..

que na legislação canônica atual não se pode falar, ao menos praticamente, de leis meramente penais (14), além de que o pensamento expresso da Santa Sé é de não serem admissíveis exceções neste assunto, salvo as expressamente aprovadas como tais (15).

Em base a êstes pressupostos, tomará o Provincial as seguintes mais relevantes

1 — PROVIDÊNCIAS DE ORDEM GERAL

1 — Comissão especial ou Departamento Provincial responsável pelas Casas de Formação.

Deve o Provincial, é evidente, estar pessoalmente informado, e de modo oportuno e cabal, a respeito de tudo o que se relaciona com êsse problema vital. Aliás, na escolha de um Provincial, faz-se mister atender de modo precípua a esta sua competência e adequação remota teórica e prática.

Além disso não se esqueça da necessidade e vantagem de uma ação oportunamente concorde com os órgãos mais elevados, os esquemas e organizações superiores.

Mas deverá logo convencer-se sobretudo da necessidade de fazer-se rodear, neste trabalho, de conselheiros e ajudantes atualizados nas diversas especializações do amplo e complexo trabalho da formação integral.

Di-lo expressamente o legislador: "Deve ser constituída na Cúria Generalícia uma Comissão Especial ou Departamento (Secretariado), que, sob a autoridade imediata do Superior Geral ou do Abade Superior ou Presidente de Congregação canonical ou monástica, tenha a cargo quanto diz respeito à formação dos membros. Também nas diversas Províncias e nas casas de estudos, ao menos nas mais importantes, poder-se-ão fundar departamentos provinciais ou locais correspondentes, sempre devidamente colocados sob a autoridade dos próprios Superiores" (16).

As circunstâncias e as necessidades concretas indicarão ao Provincial a realização desta disposição que, se para êle não é taxativa, é obviamente oportuníssima. Indicar-lhe-ão o número e a competência dos conselheiros e responsáveis.

De um modo geral, porém, parece-nos poder resumir essas competências como segue:

- a) Responsabilidade pelo recrutamento e seleção inicial das vocações.
- b) Responsabilidade pela formação religiosa, sacerdotal, apostólica.
- c) Responsabilidade pela formação cultural geral e específica.

(14) Cujá ortodoxia, aliás, contestamos também em linha de princípio.

(15) Cf. o tit. III dos E.G., art. 15-20. Cf. ainda Pio XII, S.C. Rel., Decretum ad Const. Apost. "Sedes Sapientiae" et "Statuta Generalia" ab ipsa promulgata executione mandanda, em C. D. Rel., XXXVIII(1957) v. XXXVI, III, p. 119s.

(16) E.G., 20 § 2.

d) Responsabilidade pelas questões econômico-administrativas.

Ponto de partida para o Provincial, ajudado por essa comissão, é sem dúvida a

2 — Criação e atualização das Casas de Formação.

Referimo-nos aqui diretamente à preocupação pela instalação material e equipamento das mesmas.

A legislação é muito explícita a respeito: "Não seja erigida nem conservada uma sede de formação a não ser em edifício situado num local o mais possível saudável e amplo, prudentemente separado da convivência mundana e realmente apropriado para a vida religiosa... A casa deve ser dotada de tudo o que é necessário e oportuno para a perfeita consecução da própria finalidade. As sedes de formação, principalmente as destinadas aos estudos, sejam providas de bibliotecas e de todos os demais subsídios e meios necessários, conforme a natureza e o grau de estudos, para a diligente investigação das doutrinas e o devido cultivo das artes, de acordo com as condições e as legítimas exigências da nossa época" (17).

E sobretudo conclui: "Se tudo isto não for possível num Mosteiro autônomo ou em algum Instituto ou Província, sejam os alunos enviados à sede de formação de outro Mosteiro ou Província, ou à sede interprovincial ou geral, e mesmo às escolas de outro Instituto ou do Seminário episcopal ou ainda a um Ateneu católico público" (c. 587 § 3) (18).

No caso, porém, de dever atender de fato a esta criação de Casas de Formação, saiba o Provincial procurar a orientação e a ajuda de especialistas, que, de preferência colegialmente, lhe possam indicar a melhor concretização dessas obras. Aqui sobretudo o empirismo e a auto-suficiência, ou atitudes que lhes equivalham, podem ser máximamente prejudiciais, devendo ser depois larga embora tardiamente deploradas (19).

No caso de se encontrar diante desses fatos deploráveis, deve o Provincial tomar atitudes positivas de adequação. No caso de uma impossibilidade, impõe-se a supressão dessas casas, como claramente fala a legislação citada há pouco (20).

Ao par deste problema básico de ordem econômica, deve logo o Provincial preocupar-se com a

3 — Estabilidade ou tranquilidade econômica das Casas de Formação

E' óbvio ser o sustento das Casas de Formação um dos problemas mais cruciantes para qualquer Provincial.

Falamos, é verdade, de Institutos Religiosos, onde de uma forma ou outra, deve-se praticar a pobreza evangélica, e mesmo sofrer os seus

(17) E. G., 23 § 1s.

(18) E. G., 23 § 3.

(19) Cf. *Directorium Seminariorum*, c. II, p. 76-120.

(20) E. G., 20.

incômodos, quando assim aprover à Providência. Dentro, porém, deste pressuposto, com o auxílio dessa mesma Divina Providência, e com diversos achados que não sejam contrários ao espírito de cada Instituto, e, de modo particular, em nada contrários à disposição do direito comum, maxime no que diz respeito à negociação ou mercatura proibida a clérigos e religiosos (21), parece sempre mais urgente dar aos responsáveis pela formação, sobretudo aos mais diretamente empenhados na mesma, uma certa tranquilidade, ou ao menos uma não excessiva preocupação no concernente ao sustento das Casas de Formação.

Duas sugestões fundamentais seriam:

a) Por lógica e óbvia consequência dos postulados da justiça social, cabe a tôdas as Instituições de uma Província, o dever de justiça de prover convenientemente a esta tranquilidade. Aliás "é incompatível, diz-nos o Pe. Picanyol em relação apresentada no Congresso Geral dos Estados de Perfeição de 1950, que numa mesma Província sejam os irmãos diversamente tratados, ou tenham diverso teor de vida só porque moram numa ou noutra casa respectivamente" (22). Ora, as casas que menos entradas costumam ter, são justamente as Casas de Formação, nas quais os Superiores todos devem ter como precípua, se não única ocupação e preocupação, a formação de seus súditos ou alunos.

b) Outra sugestão é de conseguir estabelecer para essas Casas de Formação, dentro sempre dos postulados do direito comum e particular, rendas certas e suficientes, garantidas por fundos ou capitais seguros, com as quais dar-lhes certa autonomia financeira ao menos no que diz respeito à manutenção ordinária das mesmas (23). Certos Institutos, sabe-se, já o conseguiram.

Observe-se desde já que, na situação atual, confiar em subvenções governamentais, significa deixar as Casas em condição precária e por demais incerta.

Não fica mal enfim lembrar que, elemento fundamental para a solução deste problema na Província é, sem dúvida, a competência administrativa do responsável. A sua preparação e aperfeiçoamento para tanto, deve ser preocupação séria do Provincial, que, com isto, ver-se-ia livre de um gravíssimo ônus no govêrno de sua Província (24).

A providência fundamental, porém, que deverá tomar antes mesmo de criar as Casas de Formação, condição prévia e indispensável exi-

(21) C. I. C., C. 142, 2880; Decr. "Pluribus ex Documentis" e Pio XII, de 22 de março de 1950. É deplorável a ignorância de muitos clérigos e religiosos a respeito de matéria tão perigosa e tão delicada. Cf. Gutierrez, A., C.M.F., em A.D.C.G.S.P., vol. I., p. 568-596.

(22) Picanyol, Leoc., Quaestiones practicae "circa administr. honorum, A.D.C.G.S.P., vol. I, p. 681s.

(23) Directorium Seminariorum, p. 219ss. Isto torna-se premente sobretudo no Brasil, onde a precariedade da administração pública desvaloriza dia a dia a nossa moeda.

(24) Directorium Seminariorum, p. 218ss; A.C.G.S.P., vol. I, Egarruffi, E. Quaestiones practicae circa administratorum honorum, p. 634-645; Marborelli, H., C.M., Amministrazione dei beni religiosi, ib. p. 671-677; Valle, p., S.D.B., ib. p. 683 ss.

gida pela legislação universal é a

4 — Preparação e provisão dos elementos dirigentes das diversas Casas de Formação

Para aquilatar as próprias responsabilidades neste ponto, releia o resumo das qualidades exigidas pela Const. Apost. "Sedes Sapientiae" nos superiores ou moderadores de casas de Formação:

a) Sejam dotados de excelentes qualidades (C.A. 19;31; E.G., 24 § 1);

b) Devem ser escolhidos os melhores, isto é, não basta sejam idôneos, mas devem ser os mais idôneos (E.G., 25 § 9; 30 §1);

c) Devem ser escolhidos com o máximo cuidado, depois de coletidos e examinados os documentos a eles referentes, devendo os cargos principais ter intervenção do Superior Geral (E.G., 24 § 2; 25 § 1ss);

d) Exercendo o cargo frutuosamente não sejam, salvo o direito comum ou particular, removidos com facilidade; em caso contrário sejam removidos imediatamente e sem nenhuma consideração de pessoas, mesmo tratando-se de doença ou idade avançada, pois em tudo isso deve-se ter sempre em vista o maior bem dos alunos, ao qual tudo deve ser posposto (E.G., 26 § 1ss) (25).

Requerem-se, no dizer de Pio XII: "homens escolhidos e de comprovada capacidade, que além de eminente saber, prudência, discernimento dos espíritos, experiência variada das coisas e dos homens e demais qualidades humanas, sejam ainda repletos de Espírito Santo e brilhem, pela santidade e pelo exemplo de tôdas as virtudes" (26). Devem enfim ser inteiramente devotados a uma empresa tão grande e tão difícil mas tão indispensável para o bem do Instituto, da Santa Igreja.

Pois bem, tudo isto requer do Provincial muita previdência na preparação dos responsáveis pela formação e, repitamo-lo, de muita decisão e firmeza em designar os melhores para tanto, conservá-los enquanto eficientes, demovê-los se insuficientes, em função sempre do maior bem dos alunos.

Satisfeito este item, não haja dúvida que estará satisfazendo à sua responsabilidade principal para com as Casas de Formação, a saber, que nelas se dê uma formação religioso-sacerdotal-apostólica realmente conveniente e integral.

Depois disto restar-lhe-á um contrôle e direção suprema, a solução de problemas de maior monta, e ainda a contribuição pessoal de desvelo e estímulo tanto para com os superiores como para os alunos empenhados numa empresa de tão largo fôlego.

A esta providência deverá acrescentar com paridade de empenho, a preocupação pela.

(25) Note-se bem esse como que princípio da "Sedes Sapientiae", pelo qual hão de se resolver muitas questões atinentes com a formação dos religiosos.

(26) E. G., 19.

5 — Formação e provisão dos Professores das Casas de Formação

Muitas vezes os professores nas Casas de Formação são também moderadores das mesmas em uma ou outra incumbência. Cabe-lhes, pois, quanto dissemos acima sobre os dirigentes destas casas. Mesmo, porém, sendo só mestres, requerem-se, em geral, neles, as mesmas qualidades dos superiores.

Sejam igualmente escolhidos os melhores (E.G., 30 § 1). Possuam títulos acadêmicos correspondentes ou equivalentes (E.G. 30 § 2; 46 § 4s). Conheçam a arte de ensinar. Não sejam sobrecarregados de ofícios, com prejuízo dos estudos e das aulas. Nem mesmo com número excessivo de aulas, sobretudo de disciplinas principais ou muito diversas. Procurem aperfeiçoar sempre mais na medida do possível os próprios conhecimentos e publicar úteis escritos, para o que poderão dispor do necessário lazer e meios necessários ou úteis, entre os quais a possibilidade de tomar parte nas várias reuniões e de conhecerem as fontes científicas ou técnicas, bem como livros e periódicos. Façam-se permutas temporárias de professores da mesma disciplina entre as várias sedes de Formação do Instituto (27).

Ora, isso tudo nos está a dizer que a Igreja deseja e ordena se elimine para sempre dos quadros docentes das Casas de Formação elementos improvisados e incapazes, que, se não perniciosos, por certo serão entravantes da formação integral.

Por isso é que, diante da impossibilidade de atingir convenientemente tôdas essas metas, sugere a mesma legislação universal, o recurso a uma solução de âmbito interprovincial, nacional, universal, segundo os diversos casos (28).

Neste ponto, aliás, poder-se-iam acordar nesta Assembléia as bases de eventuais concordâncias de fôrças, para um rendimento máximo no campo formativo-cultural, sobretudo no que diz respeito aos estudos, com foros de Cursos Universitários, em que, faz-se mister confessá-lo, não possui o Brasil especialistas em abundância tal a ponto de poder dispersá-los em muito numerosas Sedes de Instrução. O Curso de Pastoral de São Paulo, aliás, já é uma realidade!

De qualquer forma, é preciso sempre mais apoiar e promover o maior intercâmbio cultural entre os diversos Institutos do Brasil, para um máximo de rendimento cultural e apostólico.

Supostas estas providências de ordem geral, cabe ao Provincial atender também às

II — PROVIDÊNCIAS DE ORDEM PARTICULAR

a serem tomadas para o reto govêrno das Casas de Formação.

Podemos subdividi-las em providências particulares **peculiares**, que interessam ainda a qualquer Casa de Formação, e em providências par-

(27) E.G., 30.

(28) E.G., 23 § 3 e 22 § 2.

ticulares específicas, ou diretamente mais atinentes com os diversos graus de formação.

A — Providências peculiares

1a.) Visão clara e firmeza no problema da **seleção** das vocações, em qualquer estágio se encontrem. Os Institutos Religiosos e a mesma Igreja só poderão prosperar mediante o trabalho em profundidade, garantia por sua vez da prosperidade em extensão. O número somente não poderá conseguir êsses resultados (29).

Aqui se enquadraria o problema da perseverança que, no Brasil, segundo informações estatísticas da C.R.B., acusa diminuição. Tôdas as providências do Provincial pelas Casas de Formação terão, sem dúvida como um dos resultados principais o maior quociente de perseverança.

Aqui também se enquadra de modo especial a responsabilidade do encarregado da arregimentação das vocações (30), ao qual, graças à visão que tem da Província neste setor, caberia de modo particular o estudo do problema em concreto, para uma solução quanto mais plausível.

2a.) Ao falar-se da seleção das vocações, pede a experiência muita atenção às diversas exigências de cada Instituto Religioso, além das do direito comum (31). A **ficha médica** merece uma atenção especialíssima, sobretudo no que diz respeito à **saúde mental** ou **psíquica**, responsável tantas vêzes (porque não apurada em tempo) de tantas defecções ou deformações (32).

3a.) Não é inoportuno lembrar a mente da Igreja no que diz respeito às **férias** para os elementos em formação. Para todos, mesmo para os aspirantes (para os quais admite-se e mesmo se aconselha normalmente alguns dias de férias em casa dos pais) deve haver casas de férias onde possam descansar e robustecer-se para as canseiras do ano letivo, bem como **continuar a formação**. As férias não devem ser totalmente empregadas em atividades apostólicas, nem devem ter por objetivo interêsses pecuniários do Instituto, com desvantagens para o descanso e formação (33).

A exemplo dos países europeus deveriam os Institutos Religiosos do Brasil providenciar em tempo suas casas de férias, já que os sítios ideais são ainda tão abundantes e relativamente de fácil aquisição. O tempo pode tornar essa providência uma empresa quase impossível.

4a.) É de máxima importância exigir de cada Casa de Formação ou estudo, a confecção da própria "**Ratio Studiorum**", com vistas na Constituição Ap. "**Sedes Sapientiae**", nos Estatutos Gerais anexos à mesma, nos Estatutos Particulares de cada Instituto Religioso, e no eventual

(29) Pius XI, "ad Catholici Sacerdotil", em Enchiridion Clericorum, n. 1393.

(30) E.G., 32 § 2.

(31) Art. 31 ss.

(32) Art. 33, 34, § 1.

(33) E.G., 35; 42. Cf. também Enchiridion Clericorum, n. 381, 866, 1091, 609; 1091; 1369; 1440s

Estatuto Especial de cada Província (34). É meio de garantia da execução da legislação geral e facilitação do devido controle que lhe cabe em consciência fazer da mesma.

5a.) Promova, enfim, reuniões dos mentores e professores das Casas de Formação da Província ou da Nação, para uma troca construtiva de idéias.

Quanto aos diversos graus da formação achamos bem sugerir as seguintes principais

B — Providências específicas

1a.) *Escolas Apostólicas, Aspirantados, Juvenatos ou Seminários Menores Religiosos*

a) Neste período é sobremaneira importante uma prudente mas séria primeira constatação da verdadeira existência de vocação e consequente seleção (35).

b) Zele para que se firme, sobretudo neste tempo, a formação de base, humana, cristã, cultural (36). É preciso de modo particular que aprendam bem o português, o latim e o grego (37), e tratando-se de casas destinadas para determinada vocação religiosa, já com a orientação para essa vocação específica.

2a.) *Noviciados*

Duas são as relevâncias a fazer:

a) A grande preocupação pela preparação e designação acertada do Mestre de Noviços. Para ele bem como para os Diretores espirituais requer-se a possibilidade de fazer verdadeiros cursos de especialização para assumir responsabilidades tão grandes (38).

b) Não permitir que o Noviciado seja um parêntesis na vida, mas sim o comêço verdadeiro de uma vida religiosa de fato santa e, a seu tempo, apostólica (39).

3a.) *Estudos Filosóficos ou equiparados Magisteriais*

Neste ponto há algo de muito relevante a indicar. Quer a Const. "Sedes Sapientiae" e Estatutos anexos, pôr remédio quanto antes a uma real e desconcertante deficiência de cultura filosófica patente em tantos membros do clero religioso. Para isso exige absolutamente ao menos dois anos de pura filosofia, ou ao menos um ano depois de ter-se feito uma parte da filosofia durante os anos de formação humanística que se costuma fazer depois do Noviciado (40).

(34) E. G., 10.

(35) E. G., 31 ss.

(36) E. G., 35 e 43.

(37) Josephus M. Mir. C.M.F., de latina lingua rite excolenda, C. P. Rel., XL(1959) XXXXVII, p. 96-111. Cf. Rev. da C.R.B., IV (1958), 41, Carta da Sag. C. Sem. e Univ., aos Ex. mos Ordinários do lugar.

(38) Uma realização muito enconclável nesse sentido são as Semanas promovidas ou a promover pela C.R.B.

(39) E. G., 36a.

(40) E. G., 44.

Querer conjugar os três anos de estudos universitários das nossas Faculdades de Ciências e Letras, (salvo tão só o curso da Faculdade de Filosofia), com o estudo da filosofia exigido na formação sacerdotal, é querer frustrar a lei. Nem mesmo se alegue a permissão de estudar filosofia juntamente com matérias afins (E.G. 44, § 3), pois segundo a mesma legislação trata-se de matérias auxiliares e complementares. Ora, podem-se dizer matérias complementares ou auxiliares as matérias de um curso universitário, que, por definição, deve ser curso de especialização? — Uma solução plausível do problema seria distribuir pelos três anos do curso universitário em questão a matéria do primeiro ano de filosofia e deixar para o quarto ano (de didática) o ano de pura filosofia (41). — A questão, aliás, poderia merecer da C.R.B. um estudo conjunto especial.

Durante o curso filosófico é mister não se esquecer o ideal sacerdotal. A exemplo dos Seminários Regionais da Itália não deveriam faltar nesse período de grande importância para a formação religioso-sacerdotal, preleções sobre a Doutrina e Ascética do Sacerdócio (42).

Não é, por fim, inoportuno relevar para os irmãos leigos, sobretudo nas religiões clericais, a necessidade de um complemento ou aperfeiçoamento profissional o magisterial, segundos os casos. Sobretudo não se esqueça de que uma cultura, ao menos a de base, lhes é indispensável, qual elemento altamente formativo e garantia de maior compreensão da vida religiosa professada, bem como de maior habilitação para uma fidelidade mais adequada à mesma.

1a.) Interrupções dos Estudos Clericais

São aprovadas e até mesmo aconselhadas para a experimentação prática da vocação, tanto comum como específica, e mesmo para o prosseguimento de certos estudos. Faz-se mister, porém, atender a certas cautelas e normas elencadas pelo legislador:

“1.º) A interrupção não deve destinar-se ao imediato proveito dos Institutos nas próprias atividades apostólicas, pois que não é ela senão um instrumento ou subsídio para a formação dos alunos, sob múltiplos aspectos de prova da vocação, de educação e de formação, diretamente disposto para o bem próprio dos alunos. 2º) Salvo em casos realmente graves, não se faça a interrupção antes de devidamente completado o currículo filosófico, nem depois de começado o quadriênio teológico. 3.º) Sem motivos graves, a interrupção não se protraia além de três anos. 4.º) Coloquem-se os alunos em colégios ou casas devidamente organizadas, onde vigorem a perfeita observância e a vida comum (cc. 587 § 2, 554 § 3, 588 § 3) e estejam êles sob especial cuidado de um Superior imediato e de um Prefeito ou Mestre espiritual (art. 28; c. 588), os quais se responsabilizem pela disciplina e pela séria continuidade da formação espiritual dos mesmos. 5.º) No tempo das férias,

(41) Charbet. P. Dr. Ant., S.D.B., O currículo filosófico da “Sedes Sapientiae” e o curso de filosofia, ciências e letras do Brasil, inéd. (Inst. Teol. Pio XI, São Paulo).

(42) S.C. Sem. e Univ., L'ordinamento del Seminario da S. Pio X a Pio XII, p. 175-178

reunam-se, enquanto possível, êsses alunos, separados dos outros, em algum dos colégios ordinários ou em alguma casa apropriada e bem instalada, para que renovem as fôrças tanto físicas quanto morais e religiosas, façam os exercícios espirituais a êles adaptados e, finalmente, recordem e prossigam os estudos, principalmente os eclesiásticos. — § 2 — Assim que se comprovar estar sendo a formação espiritual dos alunos prejudicada pela interrupção, ou presumindo-se justificadamente que os perigos provenientes das condições de lugar ou de tempo os ameaçam das próprias fôrças, têm os Superiores o dever em consciência de providenciar diligentemente, conforme os casos, seja removendo os perigos, seja transferindo os alunos para outro lugar, ou suspendendo a interrupção por algum tempo (43).

5a.) *Estudos Teológicos*

No período dos estudos teológicos parece-nos de importância lembrar a necessidade de sua seriedade e completa eficiência, que não deverá absolutamente ser perturbada ou diminuída por atividades apostólicas ou científicas intespetivas ou excessivas (44).

6a.) *Curso de Pastoral*

Devendo êste assunto ser tratado nesta reunião dos Provinciais, pelo Revmo. sr. Pe. Tiago Cloin, C.SS.R., responsável pelo Curso de Pastoral da C.R.B. em São Paulo, limitamo-nos somente em insistir na sua absoluta necessidade e obrigação para quantos são visados pela legislação relativa (45).

7a.) *Quinquênio Teológico*

Antes de tudo convém lembrar que não se identifica com o Curso de Pastoral, quanto ao seu primeiro ano (46).

Cabe sobretudo ao Provincial urgir pela observância dessa oportuníssima disposição, dada a natureza de uma prescrição "ad finiendam obligationem" (47), dando, porém, as facilitações para o seu cumprimento. Para isso, quanto possível, não se deveriam dar cargos a sacerdotes novos, que os insentassem dessa obrigação ou que os colocassem na prática impossibilidade de satisfazer à mesma. Tudo o que é formação ou complemento da mesma pode custar sacrifícios imediatos. As vantagens futuras, porém, pagarão de sobejo os sacrifícios presentes (48).

8a.) *Prosseguimento e renovação da própria Erudição*

E' uma enésima insistência da Santa Igreja ciosa e preocupada pela cultura sacerdotal, arma poderosíssima de eficiência apostólica, condição indispensável de vida religioso-sacerdotal integral. Os Provinciais são os principais responsáveis pela observância dessa disposição na própria Província, estando também nisto onerados em consciência e em

(43) E.G., 18.

(44) E.G., 40 § 6.

(45) Cf. acima nota 15. E.G. 48.

(46) Pugliese, A., *Monitor Eccl.*, p. 625ss.

(47) Regatillo, E., *Inst. J. Can., C.M.F., Institutiones J. C.*, I, p. 195s: ed. 1956.

(48) E. G. 49.

fôrça também das sanções relativas do Código (49).

9a.) *Ultima Formação ou Provação*

Louvando os Institutos que já a fazem, e estimulando os demais a que a façam ou substituam convenientemente, quer uma vez mais a Constituição dizer aos Superiores responsáveis que acompanhem ainda por algum tempo, pelos seus legítimos representantes; os novos sacerdotes com especial carinho, inculcando-lhes ainda o amor pela cultura e pelo apostolado, fundamentados numa sempre mais profunda tomada de consciência com a própria vocação e formação sacerdotal, religiosa, apostólica (50).

CONCLUSÃO

Ao fim desta exposição sumária das questões relativas ao governo das Casas de Formação, dada a natureza eminentemente prática da nossa relação, que se reduz quase a um elenco de disposições legais e sugestões, nossa conclusão seria pedir ao Revmos. Provinciais a atenção para as mesmas. De modo particular, porém, deverão atender a quanto dissemos a respeito

- 1º) Da criação da Comissão especial ou Departamento provincial responsável pela formação,
- 2º) Da formação dos professores e mentores.
- 3º) Da solução do problema econômico.
- 4º) Das soluções de ordem geral com mútua colaboração dos diversos Institutos.

A preocupação solícita do Provincial para a solução dos problemas da formação, e sobretudo sua adesão inteira e mesmo sacrificada às disposições da Santa Igreja a êsse respeito, além da recompensa de Deus para seus esforços pessoais, terão também, como resultado, a constatação dos frutos seguros de maior perseverança e de maior eficiência na vida religiosa, sacerdotal e apostólica dos membros da Família Religiosa que Deus lhe confiou, nos diversos estágios de formação ou de vida em que se encontrarem no presente e no futuro.

BIBLIOGRAFIA principal:

- a) Fontes legislativas: 1. Codex Iuris Canonici; 2. Constitutio Apostolica "Sedes Sapientiae" eiusque adnexa Statuta Generalia; 3. Enchiridion De Statibus Perfectionis, I. Documenta Ecclesiae sodalibus instituendis, Officium libri catholici, Romae, 1949;
- b) Literatura e subsidios: 1. Acta et Documenta Congressus Generalis de Statibus Perfectionis, Romae, 1950, edit. paulinas, 1952-1953; 2. Enchiridion Clericorum. Documenta Ecclesiae Sacrorum alumni instituendis, S.C. Sem et Univ., typis Pol. Vat., 1938; 3. Directorium Seminariorum (in Sinis), aut. Miss. C.I.C.M., S. C. Prop. Fide. 4. L'ordinamento dei Seminari da Pio X a Pio XII, S. C. Sem. e Univers., Tipografia Poliglotta Vaticana, 1958. 5. Martil, Germ. I Seminari oggi, Milano, Ancora, 1956. C. Principais comentários à "Sedes Sapientiae": a) Pugliese A., S.D.B., Monitor Eccl., a. LXXXI(1956) IV, p. 549-628; b) De Rubi, B., O.F.M., Revista Esp. de Der. Can. XII(1957)III, p. 645-682; c) Guttierrez, A., C.M.F., Commentarium pro Rel., XXXVIII; (1957ss) XXXVIss, fasc. IIIss... p.97... etc. d) Guttierrez, A., C.M.F., A Const. "Sedes Sap.", em Rev. da C.R.B., III(1957)22,p. 193-215.

(49) E. G. 50.

(50) E. G. 51ss.

O HÁBITO RELIGIOSO

(Ditos familiares de um velho canonista)

*A. van Bierliet, C. SS.R.
Professor de Direito Canônico*

O hábito foi inaugurado no paraíso terrestre, que se tornou, pelo pecado original, um vale de lágrimas.

Primeira exigência de uma virtude até então inútil: o pudor. Proteção doravante necessária contra as intempéries: frio corrosivo, sol abrasador, chuvas torrenciais que vos “penetram até os ossos”, de uma natureza que geme, segundo S. Paulo (Rom 8,22), e às vezes agressiva, ficando entretanto em princípio mãe nutriz universal, mas à custa do suor de nossas frentes (Gcn 3,19). (É a origem do lenço, do “manípulo”, que serviu primeiro para enxugar e que antes da invenção dos bolsos se segurava na “mão” ou se fixava ao braço esquerdo como, fazem ainda nossos ministros sagrados).

O hábito historicamente o primeiro deve ter sido muito simples, pois Eva não dispunha nem de roca nem de agulha para fiar e coser. No decorrer dos tempos êle tornou-se maior e se multiplicou ao ponto de guarnecer para uma única pessoa um guarda-roupa inteiro.

O próprio Deus disse a Moisés: “Fala aos filhos de Israel e dize-lhes de pôr franjas nas bordas de seus vestidos” (Num 15,38). Nosso Senhor censurará os Fariseus por terem aumentado essas franjas por vaidade (Mt 23,5). Elas tinham sua finalidade, indicada pelo próprio Deus: “Tereis pois uma franja e sua vista vos lembrará todos os mandamentos de Deus. Então os poreis em prática” (Num 15,39). (Como tal parte do uniforme das religiosas deve lembrar-lhes tal virtude ou tal devoção que lhes é mais particular).

Abundância do enxoval: José, encontrando no Egito seu irmão Benjamin, presenteou-o de uma vez com cinco fatos novos (Gcn 37,45). São os “fatos domingueiros” das famílias cristãs — mas não são necessários tantos de uma vez — que recomendará o Papa São Leão Magno, no V século, como sinal de alegria nesse dia do Senhor (P.L. t 54,col.272).

Esplendor do hábito. Vêde em Judite 10, 3, 15 a descrição desta grande dama que vai cortar a cabeça a Holofernes: “Ela se fêz tão bonita quanto possível... enfeitou-se com seus vestidos (incluido um turbante) e com todos os adornos femininos”.

E Ester 5, 1, que, ela também, tem uma missão divina a cumprir. Ei-la tão carregada de vestidos opulentos que precisa de duas criadas para os carregar, especialmente os que "arrastavam por terra". (É a pre-figura dos caudatários de nossos Cardeais e Bispos; é verdade que Pio XII, repondo em vigor uma prescrição do Concílio de Constância em 1418, cortou a cauda da *cappa magna* que subsiste todavia mas reduzida a metade: M.P. de 30 de Novembro de 1952, Decreto de 4 de Dezembro de 1952).

Judit, Ester, e quantas outras, distanciaram-se de sua primitiva mãe, Eva, no domínio da "toilette"...

Em todo tempo o hábito, além de sua função primitiva de proteção moral e maternal, foi também um símbolo, uma marca distintiva, tanto na ordem religiosa como na ordem civil. Vêde os padres, os levitas do Antigo e do Novo Testamento submetidos a leis tão minuciosas quanto aos vestidos; vêde os magistrados, os militares, os funcionários superiores e até ínfimos: carregadores, porteiros, e, em certas cidades como em Roma, até os varredores de ruas (orgulhosos de exhibir seu modesto uniforme diante do Santo Padre, como puderam fazer ultimamente).

Que ostentação através dos séculos, que graduação, que variedade, que em princípio, se justifica plenamente: prestígio do uniforme, influência do uniforme, sobre quem o traz e sobre aqueles que o vêem trazer

Que diferença de comportamento entre um oficial fardado e o mesmo oficial à paisana; que diferença de atitude para com êle num e noutro caso! Assim também, entre um padre ao altar, paramentado para o sacrifício, com poses hieráticas, e êste mesmo padre cavucando seu jardim, a batina arregaçada, e que se olha por cima da sebe! Napoleão dizia: "O uniforme transforma o homem"; eis porque — como veremos — a Igreja faz tanta questão do hábito eclesiástico e do hábito religioso; não que o hábito faça o monge, não, mas ajuda certamente.

O hábito se confunde, se harmoniza, finalmente se identifica de tal modo com a personalidade social, jurídica, que se diz de alguém que está "revestido" de uma dignidade, que está "investido" de um cargo, que recebe a "investidura" dêle.

Originariamente, quando os "consagrados" viviam totalmente separados do mundo, sua principal preocupação relativa ao hábito era aquela da pobreza e da mortificação.

São João Batista "enquanto ficou na solidão, até o dia em que se manifestou diante de Israel" (Lc 1,80), não tinha senão um "manto de pêlos de camelo e uma cinta de couro nos rins" (Mt 3,4). Em seguida se vestiu sem dúvida como Nosso Senhor, que no decorrer de sua vida pública, sem os enfeites vermelhos e azuis com os quais o vestem certas vias sacras sarapintadas e extravagantes, vestia entretanto uma túnica à qual não faltavam as fimbrias regulamentares, como vemos no episódio da hemorroissa, aproximando-se dêle detrás e tocando a fimbria de seu manto para obter a cura (Mt 10,20).

São Paulo eremita se vestia, nos diz o Breviário (15 de janeiro),

com fôlhas de palmeira, mesmo que tivesse recebido de santo Atanásio um verdadeiro manto; mas êste, êle o reservara para a sua sepultura, que se fêz esperar, pois que nosso frugal eremita viveu até a idade de 113 anos. Santo Antônio que o sepultou, guardou para êle o conjunto das fôlhas de palmeira. Até sua morte na idade de 105 anos, êle se cobriu com esta reliquia, nos dois maiores dias do ano, Páscoa e Pentecostes. É o que constituía nestas festas solenes, seu único luxo.

Os primeiros monges também se contentavam com pouco. São Bento (Reg. c.55) recomenda aos seus discipulos de "não se preocuparem com a qualidade menos fina ou com a côr de seus vestidos.

Da côr... O santo Patriarca não suspeitava sem dúvida quanto a côr sobressairia no panorama do estado religioso e até no vértice da hierarquia eclesiástica. Os dois principais ramos saídos dêle se distinguiram um dia para o público em Beneditinos pretos e Beneditinos brancos (Cistercienses, Trapistas), como se fôsse o envelope exterior, e principalmente a sua côr, que caracterizasse o monge, antes que suas observâncias e seu espírito. E quantas polémicas desencandeará — na época dos lazeres e dos in-folio — a questão da côr histórica dos bureis monásticos e especialmente daquele dos santos Fundadores, do qual não tinha guardado uma amostra autêntica!

Aliás a fascinação das côres é tal, que no decorrer dos séculos a linguagem corrente designará pelas côres muitos religiosos e sobretudo religiosas, mais variadas sob êste aspecto, não tanto no brilho de suas virtudes ou na diversidade de sua disciplina, que no cambiante de seu hábito. Daí os nomes de irmãs brancas, pardas ou pretas, azuis, cinzentas e, em certas regiões, vermelhas, violetas, esperando sem dúvida que esta paleta se enriqueça ainda. Na hierarquia eclesiástica também, a côr impõe sua lei; calotas brancas, vermelhas, violetas ou simplesmente pretas. Que usurpação, que desafio subir de uma côr a outra sem ser convidado pela autoridade suprema!...

As exposições oficiais e até a liturgia consagram o prestígio da côr, como do chapéu, designando os primeiros príncipes da Igreja, os Eminentíssimos Cardeais, pela sua púrpura: **Patres Purpurati**, literalmente os Padres purpurados. Assim também, ser feito cardeal é "receber a púrpura" (ou ou chapéu).

Ainda, não é somente a côr que dá o nome aos religiosos; é às vezes uma peça do seu uniforme — ou sua ausência: — o capuz aos Capuchinhos; a corda aos Cordígeros; a presença, ou não, das meias ou do seu equivalente faz os Carmelitas calçados ou os Carmelitas descalços.

As famílias religiosas antigas, de monges, de cônegos regulares se dividem, se diversificam, ou outras novas nascem independentes umas das outras. Evidentemente, observâncias diferentes, ainda que secundárias, e entre estas, hábitos diferentes para cada grupo; hábitos uniformes para os membros de um mesmo grupo, em nome da vida comum, que constituições detalhadas precisam, cada vêz mais.

O florescimento das ordens medicantes accentuará essas varia-

des. Vê-se aparecer o costume lisongeiro do Frei Pregador com sua larga capa preta destacando-se harmoniosamente de seu vestido branco, e que produz um tão belo efeito cênico nos grandes movimentos oratórios. Enquanto se pode admirar os barretes com pompons, os roquetes, as camalhas, as murças dos cônegos regulares.

Depois vêm os clérigos regulares, que vão quebrar com essas tradições, renunciar a essas particularidades. Querendo exercer um ministério eminentemente sacerdotal e sacramentário, colaboradores imediatos do clero secular, êles tendem a aproximar-se dêle até no hábito.

Os Teatinos, os primeiros Clérigos regulares aparecidos, no começo, trazem ainda, como única característica, além de uma grande tonsura, meias brancas. Estas não aparecem mais nos pés dos Barnabitas que cronologicamente os seguem de perto.

Eis os Jesuítas, incontestáveis corifeus. Santo Inácio, primeiro, émulo dos anacoretas, vestido com um saco e praticando temíveis mortificações, inspirado em seguida a fundar sua muito flexível e muito apostólica Companhia, a dispensará de práticas exteriores, tradicionais no estado religioso, mas que estima incompatíveis com a atividade intensa e múltipla à qual são chamados seus discípulos dos quais, em compensação, assegurará a vida interior por métodos novos, objeto dos louvores e recomendações mais calorosas dos Pontífices Romanos. Quanto ao hábito, as Constituições da Companhia dizem muito simplesmente "que seja adaptado ao uso local", o que permitirá àqueles que o trazem de penetrar por tôda parte, para a maior glória de Deus, sem dar muito na vista.

Quanta incompreensão, quanto azedume, mesmo nas altas esferas eclesiásticas, contra êste "inovador", êste precursor — é tão perigoso sê-lo enquanto não se conseguiu... — por ter abandonado o burel clássico, a recitação coral do ofício divino! Uma comissão cardinalícia mostrava-se pouco favorável e mesmo positivamente desconfiada em relação a essas inovações, vítimas aliás de ataques virulentos inspirados por um zêlo implacável; pois se é perigoso inovar, também o é sair-se bem demais.

Precursor, iniciador, santo Inácio o foi certamente, pois a maioria das Congregações de Clérigos que surgiram depois dêle adotaram seu sistema, numa mais ou menos larga medida. Pelo que diz respeito ao hábito religioso, ainda que a canon 492, §3 suponha que cada Instituto tenha o seu próprio, a não ser que usurpado por um outro Instituto, seria preciso atualmente ser muito perspicaz para distinguir as diferenças se existem, entre os hábitos respectivos de cem Congregações masculinas modernas de um lado e entre hábitos dêsses religiosos e aquêles do clérigo secular de outro lado. Entretanto nêste nivelamento geral, um ou outro Instituto sobressai, tal aquêle que arbora resolutamente uma batina azul-celeste que, não fosse a marcha dos que a trazem, tornar-se-ia por um hábito de freira...

Paremos um pouco no hábito das religiosas, o que sem dúvida in...

teressará mais minhas piedosas leitoras.

As monjas, as freiras enclausuradas, ramos femininos, a "segunda ordem" dos monjes e dos medicantes, e muitas vêzes também as oblatas, as terciárias regulares, reproduziram as particularidades do hábito dos seus Pais em Deus. Reconhece-se imediatamente uma beneditina, uma cisterciense, uma franciscana, uma dominicana, uma carmelita, como se distingue um beneditino, um cisterciense, um franciscano, um dominicano, um carmelita.

Nas Congregações femininas modernas, livres desta tutela, produziu-se um fenômeno contrário àquele que notamos nas congregações de homens. Enquanto estas tendem para uma racionalização do costume, aquelas ostentam uma variedade de uniformes verdadeiramente impressionante.

Há nesta exuberância duas razões principais, uma mística, outra mais terrestre sem ser entretanto terra a terra.

Não poucas fundadoras viram ou pensaram ver, em extase ou em sonho, um hábito prontinho e carregado de simbolismo, a ser usado por suas filhas. Como resistir a tais sugestões? (1).

Outras fundadoras, não tendo muitas vêzes desde o começo consciência de sua missão, adotaram simplesmente para elas e suas primeiras companheiras o hábito das pessoas de condição média de sua região. O Instituto, aumentando e estendendo-se, guardou o costume das origens, geralmente pitoresco como tudo aquilo que sai do gênio popular, mas tornado anacrônico. Enquanto que na região onde era usado por todos, foi afastado pela invasão das modas cosmopolitas e não é usado publicamente senão nos dias de quermesse e nas manifestações folclóricas, as religiosas, elas, enfeitadas por tradições, que elas canonizam de bom grado, continuaram a vestir cada dia e em tôda parte esta roupa histórica.

E por tôda parte... Esses hábitos regionais não constituíam um artigo de exportação; mas as religiosas sob a guarda de suas constituições de aplicação universal, os importaram sob todos os climas, provocando a surpresa e sorriso que suscita todo exotismo vistoso.

Não é sem razão que as *Normae* de 1901 põem as Congregações religiosas em guarda contra a adoção de um hábito extravagante que poderia ser objeto de zombaria (n.º 67).

A cabeça sendo o alvo, o ápice da personalidade, atraindo em primeiro lugar os olhares, é sobretudo dela que se ocuparam as modistas de todos os tempos, concebendo para ela coroas suntuosas, diademas brilhantes.

1 — Afóra fundadoras verdadeiramente inspiradas, até no domínio do vestuário, encontrei no decurso de um longo ministério várias pseudo-candidatas-fundadoras que tiveram a simplicidade e a falta de sorte, sem dúvida providenciais, de consultar-me sobre seu projeto. Elas começavam quase sempre — tanto é poderosa, sobre uma extensa porção da humanidade, a fascinação do vestido — por explicar-me o hábito muito apurado e geralmente multicolor que elas tinham claramente distinguido para sua futura família religiosa, num sonho teimoso, que procurei dissipar, ordinariamente sem sucesso, pois não sou psiquiatra.

tes, altas mitras.

Assim, até as religiosas, partindo do antigo véu, característico da virgem consagrada e cuja recepção marcava sua iniciação como ainda hoje a "tomada do véu" marca a entrada na religião, até as religiosas têm-se, sob diversas influências imposto como chapéu aparelhos às vezes muito complicados, verdadeiras armações, de altura e largura consideráveis, mantidas em equilíbrio por numerosos alfinetes, fitas, cordões, tiras: pirâmides aéreas, tôrres inclinadas, cones truncados, ou mais modestamente barretinas, turbantes (à Judite), colbaques, gôrros impertinentes, de onde os panos superpostos caem sôbre os ombros; ou então toucas de asas abertas de gaivotas ou de avião, que fazem temer as tempestades ou a chuva que faz derreter as partes engomadas a menos que a freira assim coberta tenha sempre quando sai, como companheiro inseparável, um grande guarda-chuva. E notemos ainda em alguns dêsses monumentos, a profundidade horizontal que relega na extremidade engomada de um beco sem saída a figura da cara irmã, decerto por aí afastada por cautela do mundo tentador, mas também, impedida, nas ruas que seu apostolado lhe faz percorrer, de perceber à direita e à esquerda os perigos da circulação.

Que pensar dessas piedosas extravagâncias?

Poi XII, sob o sinal mágico da adaptação, dignou pronunciar-se, particularmente no discurso de 13 de setembro de 1951 às religiosas educadoras e naquele de 15 de setembro de 1952 às Superiores Gerais.

Segundo o Santo Padre, o hábito religioso deve ser **simples, modesto**; corresponder às exigências da **higiene**, expressar a **consagração a Cristo**; as modificações necessárias devem se inspirar na **razão e na caridade** bem ordenada.

É um programa inteiro que, se se quisesse desenvolver, ultrapassaria as páginas dêste Boletim, mas que força as responsáveis para refletir.

Como estas diretivas pontificias foram recebidas? — Elas provocaram reações diversas, tôdas certamente de boa fé, mas nem tôdas igualmente esclarecidas.

De um lado: hesitações, reticências, preconceitos, confusões. Invoçou-se a santa tradição (muitas vezes tão mal compreendida), o respeito para com os antepassados (muitas vezes colorido de fanatismo): "Nossa santa Fundadora nos reconheceria ainda por suas filhas?... (lirismo ridículo: será que uma antepassada com vestido balão censuraria suas descendentes por vestir um hábito com circunferência menos embaraçosa e capaz de achar lugar nos assentos de nossos bondes e ônibus?). Disse-se: "Deve-se acabar o estoque" (faça com êle cobertores, tapetes, vestidos para os pobres que tiritam, etc.). Disse-se: "Nosso hábito é um pouco pesado, é verdade, mas é uma mortificação salutar" (sim, mas que esgota em detrimento de outros esforços reclamados por um trabalho necessário pelas obras). Disse-se: "Depois, em suma, estamos muito bem assim. O Santo Padre não falou para nós. Terá tido em vista tal ou tal

outro Instituto". E concluiu-se: "Enfim, veremos... Por enquanto, esperemos...".

Por outro lado, aí onde o espírito é mais jovem, houve às vezes verdadeira mania: bela ocasião de seguir a moda; é tão "interessante", como se diz a torto e a direito numa certa cidade que conheço, de mudar de vez em quando, de sacudir a monotonia dos usos e dos dias!

Não é fácil encontrar o justo meio, pesar exatamente o pró e o contra. Para nos ajudar aprofundemos alguns termos usados pelo Papa Pio XII.

O hábito religioso deve ser **simples**, logo não complicado, não composto de múltiplos elementos, muitos supérfluos. Nada de bugigangas insignificantes e difíceis de ajustar. Não é necessário alardear com distintivos particulares tôdas as devoções prediletas. Nada de pedantismo como no brasão de um novo rico que quer com isto dar-se a conhecer e revelar tôdas as suas relações.

Modesto, logo não suntuoso; não inspirando àquelas que o vestem, e seriam tentadas de lhe dar importância, ares de rainha ou de marquesa do antigo regime.

Mas por outro lado, sob pretêxto de agilidade em benefício do apostolado, não basta o saiote da leiteira da fábula. "Esbelta e com vestido curto, ela ia a largos passos". Uma religiosa deve sempre medir um pouco seus passos e aparecer pelo menos como uma vestal.

... "inspirar-se na razão e na **caridade** bem ordenada" ... Será razoável onerar a economia do Instituto para conseguir tecidos comuns no longínquo tempo da fundação, e raríssimos atualmente? De carregar o hábito, especialmente o modestim ou capelo, de inumeráveis dobras e canudos, exigindo uma quantidade de dinheiro e de tempo que poderia ter uma aplicação mais apostólica? Citaram-me um número astronômico — insuspeitável para um leigo — de economias realizadas numa congregação cujas freiras eram assim enfardeladas, graças à substituição por matéria plástica, de todo êste amontoado, de todos êstes panos, de tôda esta engenhosa engomagem. Aviso aos amadores! Poder-se-á dar à economia assim feita um destino mais elevado(2).

Enfim "expressar a consagração a Cristo".

O hábito religioso, que recebeu a bênção da Igreja, é um sacramental que deve ser tratado com o respeito devido às coisas santas. Deve-se merecer e apropriar-se às graças atuais das quais é o veículo, trazendo-o com fé, confiança e amor, sem procurar livrar-se dêle, o que seria aliás contra a lei (cân. 596). Sinal autêntico de nossa consagração interior, não se deve desviá-lo de sua significação laicizando-o. O público, mesmo indiferente, não admite esta antinomia, esta abdicação. Não deve ser transformado em simples uniforme, sem o menor distintivo religioso, de

2 — Já são Vicente de Paulo dizia a suas recrutas; "Estamos em um tempo em que não se deve fazer despesas que não sejam necessárias. A miséria pública nos cerca por todos os lados, é para temer que ela chegue até nós; e mesmo que ela não nos atinja, a compaixão deve nos nortear por causa dos que a sofrem" (Ent. IV).

enfermeira, de aéro-moça, de caixeira de grande loja em traje regulamentar.

O hábito verdadeiramente religioso é uma proteção, um instrumento de virtudes, uma apologética; trazido dignamente, alegremente, é uma afirmação de altivez, de alegria de pertencer ao Cristo, à Igreja católica.

Mas então as pessoas consagradas ao serviço do Senhor e do próximo em um Instituto secular?

Por excelentes razões de apostolado a exercer de um modo mais universal, razões sancionadas e queridas pela Igreja, essas pessoas são privadas certamente das prerrogativas e das vantagens do hábito religioso. Mas Deus, proporcionando sempre sua graça ao estado que se escolheu por vocação, proverá. Do seu lado, essas pessoas assim consagradas cuidarão em espírito de pobreza e virgindade, a não fazer alarde dos adornos (I Pdr 3,5); elas se aplicarão pelo contrário a que "seus adornos, modestos e sóbrios... sejam constituídos por boas obras, como convém a mulheres que fazem profissão de piedade", como diz o Apóstolo São Paulo (I Tim 2,9-10). Estas recomendações já lhes eram lembradas pelo decreto da Congregação dos Bispos e Regulares de 11 de agosto de 1889, prelúdio da carta magna dos Institutos seculares, a Constituição Apóstolica *Provida Mater* de 2 de fevereiro de 1947.

Sem mesquinhez, a alma livre e desprendida, apanágio dos filhos de Deus, amáveis, atenciosas e dedicadas com todos os membros de Cristo, "revestidas" dêle (Rcm 13,14) e de carismas benfazejos, essas almas consagradas espalharão, pelo brilho de suas virtudes "o bom odor de Jesus Cristo" (II Cor 2,15), (antes que aquêle de seus perfumes artificiais e mundanos).

O povo, sem poder sempre estabelecer sua identidade jurídica, sentirá que pode ter confiança nelas como em religiosas, e as respeitará. Elas o atrairão à religião, ao padre; elas o ganharão para Cristo (Fil 3,8).

Voltemos, para acabar, ao **hábito religioso**.

Deus nô-lo deu, a Igreja nô-lo confia. Honremo-lo tanto quanto êle nos honra.

Mereçamos trazê-lo sempre com alegria: **indumento laetitiae induat me Dominus** (Pont. Rom.). até o nosso derradeiro dia, afim de que êle nos revista então de imortalidade: **imortalitate vestiri** (Rit. Rom.)

Ouçã diàriamente

R Á D I O V A T I C A N O

FALANDO PARA O BRASIL

20 hs.

Ondas Curtas, na freqüência de 16,82 ou 25,67 ms

CINEMA E EDUCAÇÃO

Irmão Cláudio Celestino, Marista

Introdução — Ninguém, hoje em dia, nega o cinema como realidade.

Poder-se-á negá-lo como arte. Bernardo Shaw, por exemplo, por saudosismo ou caturrice, afirmou que o cinema só havia de ser arte quando suprimisse tôdas as imagens e deixasse sòmente as legendas.

Outros escritores tiveram, também, palavras de desprezo para com o cinema: "O cinema? Um inquietante regresso à barbárie" (René Doumic) (1). Contra o cinema Georges Duhamel teve investidas históricas. Mas os tempos mudaram. Não se tapa o sol com uma peneira. E hoje a grande maioria intelectual aceita o cinema. Sobretudo, como arte. Atualmente, grandes escritores a êle se dedicam como Jean Cocteau, Graham Greene, Hemingway, Jacques Prévert, Mauriac e outros. Alguns até dirigem seus próprios filmes à semelhança de Cocteau, na França.

Influência do Cinema — O cinema é, hoje, o maior meio de propagar idéias. Esta frase já se tornou quase um lugar-comum. Mas nunca será demais repetí-lo porque a influência do cinema é mesmo enorme sôbre a grande maioria da humanidade.

Causa da Influência — A causa primeira da influência do cinema está nêlc mesmo. Está no que os especialistas chamam de **rítmo cinematográfico**.

A Psicologia Racional ensina o que todo homem deseja saber; a Psicologia Experimental, que o homem tende a aprender com um mínimo de esforço. Quem, mais do que o cinema, responde ao anseio do homem?

Dos nossos sentidos, o da vista é o mais importante. Quando dizemos: Eu vi, temos dado o maior dos argumentos. Pois é pelo sentido da vista que o cinema age em nós. Daí a sua fôrça na formação dos nossos pensamentos e, conseqüentemente, na nossa concepção de vida. Pe.

1) Cit. por Henri Agef, *Le cinéma, dimension nouvelle*, in *L'Éducateur chrétien en Face du Cinéma*, Ed. Fleurus, pag. 7.

la vista o cinema vai direto ao sub-consciente despertando tendências, acordando instintos.

Uma imagem vale dez mil palavras, diz um provérbio chinês. A imagem é uma linguagem internacional. Não conhece barreiras sociais, raciais nem culturais. Fala a todos (2). Ora a imagem cinematográfica não é fixa. É movimentada. Por isso tem mais penetração, é recebida com mais entusiasmo porque movimento é vida. A imagem cinematográfica se sucede com uma rapidez estonteante. O homem que vai ao cinema e não está informado sobre o filme não resistirá à sua influência porque o cinema não deixa raciocinar. Ou se raciocina antes do filme, utilizando-se de uma honesta crítica cinematográfica, ou depois do filme pela prática do cine-forum. Poucos se incomodam com a crítica e pouquíssimos fazem o cine-forum. Durante a projeção, repetimos, ninguém raciocina, pois todo mundo está preso pela rapidez das imagens e porque ninguém quer perder a trama do filme.

Essa imagem, cheia de tanto dinamismo, é acompanhada de música, de som, o que aumenta, enormemente, o seu poder de persuasão.

Acresce dizer que o cinema criou tudo para que o espectador aceite a imagem e, com ela, a concepção de vida ou a mensagem do filme. O espectador, na sala de projeção, é um isolado. Está cercado de seres humanos mas nunca se sente tão só quanto no cinema. Ninguém o aborrece e ele está sentado numa confortável poltrona. Veio do barulho e do calor da rua para o silêncio e para o ar-condicionado da sala de projeção. Está ali numa atitude de euforia. Sente-se bem. Daí, sua receptividade para tudo o que o filme lhe trazer. Alguns chamam a atenção para o fato de este ambiente ser o requerido para se produzir o sono hipnótico. O que significa estar o espectador durante toda a projeção à mercê das influências do cinema.

A imagem cinematográfica, por si só tão persuasiva, é apresentada sobre um retângulo luminoso, num ambiente escuro. Os fatos mais banais da vida têm ali uma atração irresistível. São transfigurados, recriados. Alguns querem ver neste fenômeno uma nova espécie de humanismo cinematográfico (3). O certo é que o cinema nos redescobriu pessoas e coisas para as quais o contato da vida havia produzido indiferença.

Outras Influências — São essas as influências específicas do cinema. Entretanto, há também, uma influência proveniente do próprio "Eu".

Segundo Henri Agel, na França, apenas 5% do público vai ao cinema por prazer cinematográfico, por motivo de arte; 60 a 70% procura despreocupação, evasão, repouso, distração, euforia; 30% vai levado pelas "estrelas" ou sex-appeal. Num inquérito levado a efeito em Nova York, verificou-se que 4/5 dos espectadores não escolhem os filmes a que assistem. Verificamos, daí, a grande massa que entra desar-

2) Ver Nora Watson, elementos para um cine-debate, Col. Enfoques, 1957, pág. 7.

3) Ver Henri Agel, in op. cit. 51

mada no cinema. Ninguém poderá negar que este público será grandemente influenciado pelo espetáculo cinematográfico porque vai a êle de alma aberta; aceita, de antemão, tôda e qualquer filosofia de vida que lhe fôr apresentada pelo filme.

Há os que vão ao cinema levados pelo fenômeno de compensação. São infelizes que desejam ser ricos, valentes, donos de vários automóveis, possuir, finalmente, tudo o que a vida lhes negou. No cinema, identificam-se com os ricos, os valentes, os donos de automóveis, os que têm tudo. O fenômeno os satisfaz, fenômeno de serem tudo por "procuração", para empregar a expressão de Henri Agel. Estes homens serão sempre uns desarmados às influências cinematográficas.

Influência sobre a Criança — Se abordarmos agora o problema da influência do cinema sobre as crianças, teremos chegado à parte que mais nos interessa.

A criança sofre as influências apontadas para o adulto e muitas outras ainda. Se lhe falta educação cinematográfica, como à maioria dos adultos, falta-lhe, também, idade. De forma geral pode-se dizer que, perante a tela, a criança, mais do que o adulto, tem propensões a identificar o sonho com a realidade, diz Henri Wallon (4). O cinema é uma arte essencialmente visual. Ora nós sabemos que 75% das crianças retêm mais o que vêem do que o que ouvem. Daí a influência do cinema sobre a criança e os adolescentes. Esta influência aumenta dada a grande freqüência de crianças e adolescentes às salas de projeção. 30% do público cinematográfico é composto de adolescentes; 50% do público tem menos de 25 anos de idade. Segundo F.M. Chamberlin, na Inglaterra, um menino dos 5 aos 15 anos de idade terá vivido 2 anos no cinema e apenas 10 semanas na igreja (5). O cinema é, pois, para nós, um problema. Exige de nós uma solução. Condená-lo não resolve. "O cinema é o companheiro do automóvel, do avião, do rádio, dos descobrimentos modernos, do conforto, da higiene e da velocidade, rainha da época. Negar sua força, seu poder, sua ação, é negar a evidência. É negar o futuro", afirma André Lang (6). Querer impedir que crianças e adolescentes assistam a sessões cinematográficas é evidentemente desconhecer a realidade. Proibir não resolve porque 60% dos meninos vão ao cinema, 4 vezes por semana, e apenas 3% das meninas e menos de 1% dos meninos nunca assistiram a um filme (7).

Mas a influência negativa do cinema existe, objetarão. Certamente! Algumas já foram mencionadas. Podemos acrescentar, resumindo, as que foram assinaladas por Andres Ruzkowski (8):

1 — Perigos do filme em si mesmo

a) Certas imagens.

4) Cit. por Mark Koenig, Cinema e Criança, Iris, pág. 52.

5) Cit. por Andres Ruzkowski, cine sus grandeza y miserias. Col. Enfoques, 1956, pág. 41.

6) Cit. por Robert Claude, educación cinematográfica, Col. Enfoques, 1956, pág. 16.

7) Paul le Moal, La santé des enfants et leur équilibre psychique en face du cinéma, in L'Éducateur Chrétien en Face du Cinéma, Ed. Fleurus, pág. 70.

8) A. Ruzkowski, op. cit., pag. 60.

- b) Uma falsa filosofia dos valores.
- c) Atração exercida por pessoas de conduta imoral.
- d) A brutalidade.
- e) A criminalidade.
- f) O ambiente de sexualidade.

2 — *O ambiente do espetáculo cinematográfico*

- a) A publicidade.
- b) A obscuridade.
- c) A promiscuidade.

3 — *O espectador, particularmente...*

- a) Quando falta a seus deveres de estado.
- b) Quando lhe falta raciocínio e personalidade.
- c) Quando sofre de hiper-sensibilidade.
- d) Quando tem predisposição para o crime.

Há pessoas que ficam apenas neste lado negativo. Existem, ainda, os que condenam o cinema à luz de estatísticas. Convenhamos: "os números não mentem, mas os mentirosos usam os números". Já se tentou equacionar delinqüência infantil com cinema. Leo Lunders, depois de muito examinar o problema e de ter consultado muitos autores, conclui:

O cinema não é uma causa direta de delinqüência nos meninos de constituição normal e que foram educados num meio familiar correto: os meninos normais não chegam a ser criminosos pelo simples fato de terem visto no cinema crimes ou delitos.

A causa principal da delinqüência juvenil é o ambiente familiar anormal(9).

Mas existem realmente perigos. Negá-los seria estupidez. Entretanto, até agora, poucos têm falado da influência boa do cinema. Mas ela existe. Maria Junqueira Schmidt assim pensa quando escreve: "O filme é uma arma de dois gumes: pode ser fator de liberação de complexos, criar disposições e tendências para atualização de qualidades latentes"... Só depois a ilustre educadora aborda o lado negativo para concluir: "Mau grado os perigos do cinema, o educador não pode ignorar esse meio prestigioso e esse tema avassalador de educação" (10). Robert Claude conta que o Diretor de uma escola onde se passou um filme cujo tema central era: "não se deve ficar com as coisas alheias", ficou, durante dois meses, sem saber onde colocar os objetos que os meninos encontravam na rua e traziam por não lhes pertencer. Não me recordo onde li que o filme de Bresson, "Les Anges du Péché", já despertou e fez amadurecer muitas vocações religiosas. O cinema, conseqüentemente, tem um lado positivo. Não é essencialmente mau como muita gente ainda pensa. Dos filmes apresentados, em 1954, aos festivais internacionais (São Paulo, Cannes, Berlim, Locarno, Veneza) 79%

(9) Leo Lunders, *Los Problemas del Cine y la Juventud*, Ediciones Rialp S. A., Madrid 1957, pág. 94.

(10) Maria Junqueira Schmidt, *Educar pela recreação*, Agir, 1958, pág. 252.

tinham valor positivo sendo 29% para todos e apenas 3,3% eram maus (11). Se no cinema existe um lado ruim, vamos pensar com Marthe Glesener: Aqui, como em todos os domínios, o mal deve ser superado pelo bem e pelo belo; somente nesta condição é que conseguiremos a melhoria da nossa sociedade atual e que ajudaremos a construir um mundo novo (12).

Andres Ruzkowski aponta os seguintes meios para que se melhore o cinema:

1 -... Meios negativos

- a) Censura das películas.
- b) Auto-censura pela indústria cinematográfica.
- c) Classificação moral pelos organismos da Igreja.

2 — Meios positivos

- a) Educação cinematográfica.
- b) Assistência a películas de valor.
- c) Formação de cineastas cristãos.

Dêstes, o único meio realmente a nosso alcance é a educação cinematográfica. A educação cinematográfica na escola, no jornalismo, no lar.

Aqui, um parêntese. Essa educação cinematográfica é desejada pela Igreja. O cinema não é hoje cristão por culpa nossa, por culpa dos que deviam ter encarado o problema em termos de realidade e não o fizeram. São inúmeros os bispos que têm insistido para que nós tomemos uma posição positiva em face do cinema. Não nos faltaram as palavras esclarecidas de Pio XI e Pio XII em favor do bom cinema. Não duvidemos: quando começarmos a dar educação cinematográfica estaremos dentro do espírito da Igreja do século XX, cujos problemas não são os da Igreja da Idade-Média.

A Igreja do século XX tem um organismo especializado em cinema. É a O.C.I.C. (Office Catholique International du Cinéma). Pois a O.C.I.C. reunida em Havana, de 4 a 7 de janeiro de 1957, entre outras conclusões chega à seguinte:

“Os participantes das Jornadas chamam a atenção sobre a importância da educação cinematográfica, não somente nas escolas, como também nos Seminários, segundo as conclusões das Jornadas de Estudos de Madri (1952) e de Dublin (1955)” (14).

Educação Cinematográfica — Por conseguinte, para diminuir a influência má do cinema e para aumentar-lhe a boa é preciso que os educadores católicos (pais, professôres, jornalistas) ministrem a educação cinematográfica. Bem sei que os eternos “prudentes” dirão que a educação cinematográfica fará aumentar a afluência ao cinema. “A prudência encontra-se por tôda parte e dia virá em que a coragem não estará

11) A. Ruzkowski, op. cit., pag. 58.

12) Cit. por José Rafael de Menezes, Caminhos do Cinema, Agir, 1958, pág. 19.

13) A. Ruzkowski, op. cit. pág. 66.

14) In Revista Internacional del Cine, enero-marzo de 1957, pág. 45.

em parte alguma. Vamos morrer de ajuizados, vereis” dizia o Cardeal Pie (15). Aos “prudentes” responderemos que estudos sérios demonstraram que o menino iniciado no cinema é mais exigente e, conseqüentemente, frequenta menos as salas de projeção. É o que afirma, por exemplo, Henri Agel: “Ensinando aos jovens os elementos fundamentais da linguagem cinematográfica, consegue-se de certa maneira diminuir a passividade inicial do espectador comum. Com o tempo, a descoberta do que existe de especificamente artístico no cinema os levará a exigir obras que preencham determinadas condições, certas idéias morais, certos valores cristãos expressos pelo filme tomam um relêvo e uma densidade marcante (16). Outro não é o pensamento da O.C.I.C., reunida em Madri, em 1952:

“Considerando... que a dita iniciativa (educação cinematográfica) diminui, notavelmente — embora sem anulá-lo — o perigo moral do espetáculo cinematográfico, induzindo os jovens, seja a absterem-se dos filmes degradantes, seja a elevarem-se a uma compreensão superior dos filmes dos quais o grande público aceita passivamente o excessivo realismo” (17). A censura da Ação Católica Brasileira não desconhece essa realidade quando determina: filme para adulto ou adolescente devidamente esclarecido.

Sei também que o argumento máximo é da falta de tempo. Nós temos aulas de catecismo (no colégio ou na paróquia). Por que não aproveitá-las? Catecismo não é formação para a vida? “Aos que nos apresentam o argumento de falta de tempo num currículo já sobrecarregado — diz Andres Ruszkowski, secretário da O.C.I.C. — respondo-lhes que me fazem pensar no Comandante de uma Academia militar que se recusa a introduzir em seu programa a preparação à guerra atômica pretextando que os regulamentos de infantaria não lhe deixam tempo disponível para uma nova matéria” (18).

Dai nós concluirmos que não fizemos nada se até agora nos contentamos em evitar filmes imorais. “Basta que o filme tenha roupa” é um critério simplista e é erro reduzir a moral cristã ao sexto mandamento. Aliás René Ludmann afirma: “Nosso tempo, por mais afrodisíaco que seja, é também o século de super-homem de Nietzsche, do futuro da ciência, da evolução histórica marxista, do desespero e da angústia de Sartre. Pensando bem, o cinema põe o cristão em face de um problema mais de fé que de moral” (19). Os filmes imorais, para nós, são os menos perigosos porque nunca os alugamos. Os mais perigosos são os que, com muita roupa, dão uma noção errada da vida; são os dramalhões melosos e lacrimogêneos que terminam sempre com um belo casamento.

Entretanto, para dar educação cinematográfica o educador ou jornalista católico deve estar instruído no assunto. É preciso que leia obras

15) Cit. por L. J. Suerens, *Novos Rumos da Igreja Missionária*, Flamboyant, 1956, pág. 28.

16) Cit. por Guido Loegger, in *Revista da ASA*, março-abril de 1958.

17) Leo Lunders, op. cit., pág. 104.

18) A. Ruszkowski, op. cit., par. 43.

19) René Ludmann, *Cinema Foi et Morale*, Les Editions du Cerf, Paris, 1956, pág. 59

especializadas. Mas nada substitui a prática. Queremos dizer que os religiosos devem ir ao cinema. Evidentemente para assistirem a bons filmes. Estamos, aliás, dentro do espírito da O.C.I.C.:

A Assembléia deseja:

A) Que aos sacerdotes e outros educadores (religiosos e religiosas) seja dada a possibilidade efetiva para que vejam e julguem as grandes obras cinematográficas, em sessões especiais ou de outra maneira (Madri, 1952).

Os delegados reunidos desejam: Que o clero, assim como as Congregações dedicadas ao ensino, possam dispor de liberdade e meios para que vejam todos os filmes proveitosos ao cumprimento de suas respectivas missões (Dublin, 1955) (20).

Talvez, para muitos religiosos, seja impossível freqüentar as salas de projeção devido a determinadas circunstâncias (cidade pequena, escândalo farisáico por parte do público, proibição diocesana, falta de tempo, etc.). Frei Maurício de Begoña, no Congresso de Perfeição e Apostolado realizado em Madri dos 23 de setembro aos 2 de outubro de 1956, propôs, para o caso, a seguinte solução:

“Todos estos riesgos se superan o se suavizan con los cineforums o cineclubs y las semanas o cursillos cinematográficos para sacerdotes” (21).

Conclusão -- Concluimos pela inclusão de uma página cinematográfica nos jornais e revistas católicas. Concluimos também pela inclusão de educação cinematográfica nos horários dos colégios católicos.

Uma vez que os alunos tivessem despertado para o cinema, essa educação seria completada pelo colégio com exhibições de filmes escolhidos seguidos de cine-forum, que seria dirigido pela pessoa mais competente no assunto.

Por enquanto, a nosso ver, não podemos marcar uma sessão para determinado dia da semana. Expor-nos-íamos a passar filmes sem valor. A sessão seria programada pra quando houvesse um bom filme.

Façamos do cinema, na medida do possível, um meio poderoso para que haja **um mundo melhor**.

Queremos terminar com as palavras que luminosamente escreveu o Prof. Paulo Rosa: “O cinema é um mestre, ou pelo menos, é um processo de educação popular dos mais eficazes. Ignorá-lo é irresponsabilidade. Conhecê-lo e cvitá-lo é covardia e crime” (22).

20) Frei Maurício de Begoña, El Sacerdote y el Cine, in Revista Internacional del Cine, Julio-Diciembre 1956.

21) Frei Maurício de Begoña, art. cit.

22) Paulo Rosas, leitura, cinema e rádio, Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco, Recife, 1956, pág. 87.

ALGUMA COISA SOBRE A COLOCAÇÃO DE CAPITAL

por J. A. M. Wiegerinck

Hoje em dia a manipulação de capitais está cada vez menos em mãos de particulares que são eles mesmos os seus proprietários. Cada vez mais os poderes econômicos estão em mãos de pessoas ou grupos que trabalham com estes poderes não em benefício próprio mas para uma sociedade, comunidade ou interesses coletivos que eles representam e dos quais são as pessoas de confiança.

Assim é nas grandes sociedades anônimas onde as ações estão em mãos de muitos pequenos acionistas, nos fundos de participações e financiamentos, nas companhias de seguros onde um grande capital ajuntado representa as contribuições de muitos segurados, nas fundações e em várias outras instituições.

Por outro lado os empreendimentos modernos exigem geralmente aplicação de tão grande capital e tão diversas capacidades e especializações como uma só pessoa raramente reúne em si.

Nas formas das relações entre pessoas encarregadas da direção dos capitais e aqueles que têm certos direitos sobre ditos capitais há todo um gama de possibilidades. Estas possibilidades podem ser divididas em dois grandes grupos. Num há sempre fornecedores de capital que desajam expressamente vê-lo aplicado de maneira determinada e eles mesmos assumem a responsabilidade pela escolha do ramo de atividade no qual o capital é aplicado. O gerente é sobretudo responsável pela sua atuação técnica. Explico com um exemplo. A diretoria de uma firma que tem como fim a fabricação de guarda-chuvas deve se dedicar a esta fabricação. Não lhe cabe julgar se para a dita sociedade seria mais vantajoso se dedicar ao comércio de artigos de droguaria. Os que puseram capital na referida firma querem justamente que este capital seja utilizado para dita fabricação.

No outro grupo a relação é essencialmente outra. Aqui a responsabilidade do dirigente começa antes. É ele que vai justamente indicar como e onde será aplicado o capital da coletividade que representa. Por exemplo numa fundação que tem como objetivo dar bolsas de estudo a diretoria terá certa liberdade para aplicar o capital da fundação para

com a renda dêste capital poder dar o maior número de bolsas.

Bem claro se vê a diferença entre as duas responsabilidades dentro de uma companhia de seguros. De um lado a responsabilidade da diretoria perante os acionistas pela boa aplicação do capital no ramo de seguros, por outro lado a responsabilidade da companhia para com os segurados por uma aplicação eficiente das contribuições, para não pôr em perigo o cumprimento de eventuais obrigações da companhia para com êstes.

E' justamente para êste segundo grupo que as circunstâncias assinaladas no início dêste artigo têm grande importância. O fato de os grandes empreendimentos só poderem ser realizados com a cooperação de capitais que nenhuma pessoa por si só é capaz de fornecer abre ao grupo de instituições, para as quais o lucro não é, geralmente, fim principal, mas apenas meio para poder realizar a sua verdadeira finalidade, grandes possibilidades.

Mas as grandes possibilidades encerram em si grandes perigos.

Para excluir o mais possível êstes perigos deve qualquer aplicação de capital por parte destas instituições obedecer a três critérios fundamentais:

1. — Solidez. Nunca uma colocação deve ser feita que não dê as garantias que a experiência provou serem necessárias.

2. — Liquidabilidade. A parte do patrimônio a ser aplicada deve poder ser realizada no momento que ela fôr necessária para o verdadeiro fim a que êste se destina. Por exemplo: não deve ser comprado um título que só vence em 1970, e que não pode ser vendido antes, se existe a possibilidade que o capital aplicado seja necessário para cumprir obrigações legais ou estatutárias antes desta data.

3. — Lucro. Por meio da aplicação deve ser obtida uma renda razoável levando em conta as circunstâncias que determinam a situação geral da comunidade.

A êstes três critérios poderíamos ajuntar um quarto que não é por tôda parte, em todos os tempos, da mesma importância. Refiro-me à valorização. Se as obrigações da instituição seguem as flutuações do poder da moeda na qual estão expressas, não basta que o lucro seja razoável mas é necessário que o valor intrínseco da aplicação acompanhe a conjuntura geral.

EM TÔRNO DE UM INQUÉRITO SÔBRE VOCAÇÕES FALHADAS

Pe. Frei Gil de Redenção OFM Cap.

Fêz-se últimamente um inquérito entre os egressos de um grande seminário menor de religiosos do Nordeste, sôbre as verdadeiras causas da deserção. Pois o êxodo era simplesmente alarmante. Pedia-se aos ex-alunos que respondessem com sinceridade, sem torcer nem faltar à verdade, ao questionário. Frisava-se que não temessem identificação, pois não precisariam assinar o documento, nem entregá-lo pessoalmente ao destinatário. Remeteriam as respostas pelo correio. De fato, para facilitar a entrega, receberam juntamente com o questionário, um envelope já selado e endereçado. Assim, tem-se razão para se acreditar que foram honestos nas respostas.

A primeira pergunta do inquérito rezava: "Quando foi para o seminário, sentia inclinação para o sacerdócio? Ou foi apenas influenciado por outros?". Os 80% dos que responderam afirmaram que tinham realmente inclinação, que sentiam vocação para o sacerdócio. Portanto, ao menos reta intenção a possuíam. Por outro lado, os padres que tinham convivido com êles, tinham podido notar que muitos possuíam de fato as disposições ou aptidões necessárias. Podemos portanto concluir que tinham vocação, eram chamados por Deus.

Onde e como a perderam? A graça da vocação pode ser perdida. "Gratia vocationis amitti potest sive propria sive aliena culpa. Quare vocatio divina magni haberi debet et continuo excoli et roborari ab alumnis et ab eis qui eorum institutioni praesunt" (1).

No inquérito já mencionado perguntava-se também: "Se entrou no seminário com vocação (inclinação), onde a perdeu? No colégio? Nas férias?" Dos que responderam, 50% dizem tê-la perdido no seminário e 50% nas férias.

1 — Como o aluno pode perder a vocação no seminário?

Segundo os entendidos, uma das causas principais é a insipidez, o descontentamento, o "enjôo" na vida espiritual. É o que acena também Mourey, C.R.I.C., que consagrou tôda uma existência à formação de seminaristas, idealizou e fundou até uma congregação religiosa sem votos, para unicamente formar educadores para os seminários, e assim servir

1) "Directorium Seminariorum", p. 25.

melhor à hierarquia. Escreveu vários livros notáveis sobre o assunto(2) e, autorizado para fazê-lo, estabeleceu como princípio: "Suprimí a insipidez e não somente salvareis os discípulos do quarto ano (secundário), tendo já salvo os alunos do primeiro, como também, coisa mais importante, triplicareis o número dos perseverantes, assegurando a quantidade pela qualidade"(3).

A insipidez pode ser condicionada por vários fatores:

1) — **Falta de piedade.** A esse particular comenta o autor citado: "A inferioridade mais a temer nas casas de formação é sem dúvida uma insuficiência de piedade. Pode haver uma dupla insuficiência, quantitativa e qualificativa, não bastante piedade ou uma piedade mal entendida, sem influência verdadeira, portanto, sobre a educação. Se a piedade é somente exterior, o espírito, concorrendo a imaginação, tomará pela vida agora o hábito desastroso da **distração contínua** durante os ofícios, as orações oficiais e particulares. Se a piedade não é esclarecida, não é nem interessante nem fervorosa! Eis porque a carência de piedade, imputável ao próprio indivíduo ou aos seus educadores, é uma **contra-indicação absoluta** ao prosseguimento de uma vocação, seja para a vida regular ou secular"(4).

De fato, a piedade posterior do sacerdote será o que foi a sua formação espiritual no seminário menor. O noviciado e o clericado jamais irão alterar definitivamente (momentaneamente pode ser) o rumo que seu coração tomou naqueles anos de reclusão no colégio. Por que? Porque é precisamente no seminário menor que decorre toda a adolescência do seminarista. E todos sabem que é nessa fase da vida que tudo quanto se faz ou se omite, deixa marca e fica gravado para o resto da vida. "O jovem, mesmo quando envelhecer, não se afastará do seu caminho"(5).

Ninguém tem razão nem base para incriminar ou responsabilizar a quem quer que seja pela falta de piedade nos seminários. Mas todos convêm num ponto: a piedade verdadeira, nos alunos, se há realmente nelas disposições para o sacerdócio, depende, em grande parte, do exemplo e da vida interior de seus educadores, aliada a uma palavra apostólica, sábia e inflamável, adaptada ao auditório, seja infantil ou juvenil. Grande percentagem de perseverança nas vocações depende da centelha de idealismo que o educador procurar manter acesa nas almas dos seminaristas, através das entrevistas e conferências semanais. Nessas conferências deve colocar toda a sua alma, todo o seu esforço, todo o seu saber, para que possam sacudir constantemente os inclinados à dissipação e alimentar nos corações dos jovens o amor de Jesus Cristo, única alavanca que pode sustentar uma vocação sacerdotal.

Mas, falar de Jesus, e não somente daquilo que Jesus disse. Mos-

2) Veja-se: "La Persévérance de nos Elèves dans les Petits Séminaires", "La Formation Cléricale dans les Petits Séminaires", "Programme de Pédagogie pratique pour les maîtres des écoles cléricales", "La Préparation Sacerdotale", e outras.

3) Mourey, CRIC, "La Persévérance de nos élèves...", p. 7.

4) id., ibid., p. 12.

5) Prov 22, 6.

trar-lhes o Homem Jesus como Chefe, que os ama, que os recruta para uma grande expedição. O que fazia uma imensa multidão de jovens desfilar ante um corpo mumificado de Lenin não era a doutrina de Marx que êle encarnara, mas que os jovens não compreendiam, mas as qualidades de líder que demonstrara e que os jovens admiravam. A juventude hitlerista não conhecia a filosofia do Nacional Socialismo, mas era eletrizada pelo homem central do nazismo, Adolf Hitler. Os italianos podiam não conhecer o que o fascismo significava para êles, mas conheciam o homem que lhes falava de Piazza Venezia, sacudindo a consciência nacional para "alturas ignoradas". Aqui no Brasil, a ideologia de Plínio Salgado ainda constituía uma incógnita para a maior parte dos brasileiros e seu nome era já uma bandeira que arrastava multidões de jovens.

Nós, cristãos, temos um Chefe, temos um Homem excepcional, que pode prender e empolgar a juventude, mas nos esquecemos de falar d'Ele, para falar somente daquilo que Êle preceitucou ou proibiu. "Temos esquecido — diz Daniel Lord — êsse fato tão evidente: que todos os homens — e sobretudo os mais jovens — querem seguir a um chefe. O dever abstrato não influencia ninguém; mas o dever que nos liga a uma pessoa amada é a força natural mais poderosa do mundo. Temos um Homem, o mais atraente de todos, temos a Jesus Cristo. Mas têmo-lo deixado de lado. Temos falado de suas coisas, sem falar diretamente d'Ele" (6).

Uma grave responsabilidade, nessa formação, pesa também sobre o diretor espiritual. O "Directorium Seminariorum", baseado em vários documentos pontifícios (7), preceitua: "Curandum est ut in quolibet Seminário, tum minore tum maiore, constituatur director spiritus, distinctus a rectore, ab aliis moderatcribus fori externi et a professoribus" (8).

O diretor espiritual deve ser um homem excepcional em virtude, prudência, ciência ascética e teológica. Ora, como nem todos os seminá-

6) Daniel A. Lord S. J., "Juventude incompreendida", Vozes, 1953 (2a. ed.), p. 230.

7) Como o de Pio XI, "in audientia Secretario S. C. de Sem. et Stud. Univ., die 14 Dec. 1934 concessa", Ench., n. 1247; "Normae S.C. de Prof. Fide pro Seminaris Reg.", n.º 8, Ench., n. 1334; etc.

8) "Directorium Seminariorum", p. 182.

Devendo citar ainda esta obra, não será supérflua uma referência à mesma. Trata-se de um volume de 745 páginas, escrito em latim. É uma verdadeira enciclopédia sobre os seminários e tudo o que se relaciona com êles, desde a construção até a ordenação dos padres. A redação foi confiada aos Missionários da Congregação do Coração Imaculado de Maria, que, para levá-la a térmo, estudaram profundamente os documentos pontifícios a respeito, e uma infinidade de autores de todos os países.

A S. Congr. de Prop. Fide, em 24 de março de 1948, tecia um elogio rasgado do livro: "Revera patres Commissarii quam diligentissime totum opus eiusque singulas partes persecuti sunt atque dignum quod magnis laudibus exornaretur, aestimarunt. Textus enim omnino congruit cum instructionibus latis ab hac Sacra Congregatione et etiam cum ceteris documentis hae in re datis a Romanis Pontificibus; immo in eo elucet Sana Doctrina Ecclesiae magisterio conformis, sensus practicus et ardens zelus apostolicus. Quae qualitates talem redolent universalitatem, ut hoc Directorium non solum pro Seminaris in Sinis maxime sit utilitatis, sed, exceptis rebus, quae specialiter missiones sinenses respiciunt, ab omnibus missionibus adhiberi possit, ut tuta norma directiva et ut thesaurus innumerabilium consiliorum practicorum et salutarium".

rios possuem êsses “expoentes de sabedoria e de santidade”, seria o caso de haver intercâmbio entre as dioceses ou as Ordens religiosas. O que é perfeitamente consentâneo com as prescrições da Santa Sé: “Aos vossos seminários dai sacerdotes adornados da maior virtude: não hesiteis em arrancá-los a outros cargos, aparentemente mais relevantes, mas que na realidade não sofrem confronto com esta obra capital e insubstituível. Ide buscá-los até a outras partes, onde quer que os encontreis aptos e idôneos para êste nobilíssimo cargo. Sejam tais que ensinem as virtudes mais ainda com o exemplo que com a palavra” (9).

2) — **Falta de passeios.** Há seminários que não dão passeios, ou só o fazem raramente. A falta de passeios num internato para jovens em plena fase de desenvolvimento físico e psíquico gera o clima mais favorável ao tédio, à insipidez e ao enervamento do espírito. Os jovens não são monges. A própria natureza impele a juventude a movimentar-se. Tudo no seu organismo e na sua alma é revolução. Os jovens sentem verdadeira nostalgia das distâncias. Querem alargar não somente o horizonte espiritual, mas também o físico. Em um internato, onde o acúmulo de aulas e o regulamento podem enervar e irritar o adolescente, nada melhor suavizaria a austeridade dos programas do que um passeio semanal. “Depois de uma semana de estudos, os seminaristas precisam respirar, a plenos pulmões, novos ares, descarregar os nervos, desanuviar o espírito e fortificar o corpo. Para isso é necessária uma mudança completa para um ambiente novo, para o qual o seminário não se prestaria por causa da associação de idéias, que manteria sobre êles o pêso da lembrança da disciplina e dos livros” (10).

Evidentemente, em certos dias, um passeio para os alunos é mais salutar do que a melhor conferência.

O “*Directorium Seminariorum*” prescreve: “saltem semel in hebdomada deambulatio instituat per duas tresve horas. Praeterea aliquoties in anno habeatur deambulatio maior, integrum aut saltem dimidium diem perdurans” (11). E mostra a razão: “Pausa recreationum non sufficit ad animum plene relaxandum, quandoque requiritur ut consueta exercitia per longius tempus interrumpantur; cui necessitati provident deambulationes. Omnes alumni debent interesse cuilibet deambulationi, nisi a rectore fuerint dispensati” (12).

Pode objectar-se: “O jôgo substitui os passeios”. É uma solução simplista mas não pedagógica. O jôgo não substitui o passeio. O aluno passa a semana tôda estudando, seu cérebro precisa de um repouso, sua mente de distração. O jôgo, todos os dias, não pede surtir êsse efeito; não pode, porque o jôgo sempre é uma competição que exige esforço mental, vigilância, atividade. Cansa portanto o corpo e o espírito, provocando amiúde nervosismo e fadiga.

A uma consulta que fizemos a êsse respeito à Associação de Educa-

9) Pio XI, “*Ad Catholici Sacerdotii*”, n. 101. Ao officio de Diretor espiritual, e a tudo o que lhe diz respeito, o “*Directorium Seminariorum*” dedica nada menos do que 14 páginas.

10) Cfr. REB, 1944, pgs. 224 ss.

11) “*Direct. Semin.*”, p. 288.

12) *Ibid.*, p. 314.

dores Católicos do Brasil (AEC), recebemos a seguinte resposta: "Passeios são uma atividade com objetivos e utilidades próprias no campo educativo. Representam uma técnica e não podem ser plenamente substituídos por jogos. O excursionismo tem hoje uma vasta bibliografia e é considerado como verdadeira escola de observação e iniciativa disciplinada. O passeio bem orientado, sem excessos, assim como grandes excursões bem dirigidas, têm uma função sedativa no organismo e alia ao descanso psicológico uma grande lição de iniciativa e observação, sem contar a utilidade do exercício físico, sumamente benéfico" (13).

3) — **O ambiente criado por alunos que não deveriam estar mais no seminário.** Apenas queremos lembrar que não é somente por faltas graves que um aluno deve ser demitido do seminário. Recordemos o que diz a encíclica: "O que é habitualmente refratário à obediência e à disciplina, pouco inclinado à piedade, pouco amante do trabalho e pouco zeloso das almas... o que não tem aptidões para o estudo (reflita-se no imenso programa prescrito pela "Sedes Sapientiae"; não são inteligências vulgares que o poderão cumprir!)... todos êsses não nasceram nem foram feitos para o sacerdócio" (14).

Nesse número se incluem também os que, embora sejam piedosos, não têm aptidões para o estudo. Leia-se o que escreveu Pio XII num discurso póstumo, publicado ultimamente: "Estai persuadidos de que não se pode ser instrumento eficaz da Igreja, se não se está munido de uma cultura proporcionada aos tempos. Em muitos casos não bastam nem o fervor das próprias persuasões, nem o zelo da caridade para conquistar e conservar as almas para Cristo. Também aqui o bom povo tem razão quando reclama sacerdotes santos e doutos!" (15).

Jovens eivados de espírito mundano e faltos de idealismo se encarregam de formar no seminário o quadro desolador da insipidez generalizada. Não há circunstância nem razão ponderável que possa justificar a permanência desses elementos no seminário. Nem mesmo o temor de frustrar uma vocação divina. Quem melhor comentou a encíclica do Sumo Pontífice foi Fr. Francisco Santa Maria. Um tópico apenas: "Cremos que a gangrena mais sutil e que mais amiúde penetra nos seminários, sobretudo nos situados em grandes cidades, é o espírito do mundo. Sim, esse mau espírito se infiltra quase insensivelmente e vai avassalando a alma, sem comoções nem violências. Só depois, com um triste desmoramento espiritual, a sensualidade virá causar os últimos estragos. O espírito do mundo num seminário é como asa de satanás a esvoaçar num templo; profana-o, rouba-lhe a paz de Jesus e dá origem a muitos pecados. Logo que vê um jovem tocado desse espírito, o educador deve avisá-lo do perigo, com lealdade, e exortá-lo paternalmente a sair da ladeira, onde será inevitavelmente a queda. Se já fôr tarde, se depois de um tempo de prova, não se nota melhoria, se, enfim, a presença do jovem é

13) AEC, Rio, 28 de set. de 1954.

14) Pio XI, "Ad Catholici Sacerdotii".

15) Discurso póstumo ao Seminário Regional das Apúlias, cfr. Revista da CRE, n.º 48 (junho de 1959) pgs. 322-330; RER, XIX (1959) p. 163.

nociva aos companheiros, embora os não escandalize em faltas externas, só há um caminho a seguir: o da porta do seminário" (16).

4) — Um período único de aulas, isto é, tôdas as aulas pela manhã. É um sistema acomodaticio, mas desaconselhado ou mesmo condenado pela pedagogia. A êsse respeito nos informou a AEC o seguinte: "A biologia educacional e as exigências para uma boa assimilação intelectual exigem, sempre que possível, uma interrupção do trabalho das aulas, com recreios e estudos dirigidos" (17).

Razão porque os seminários diocesanos, na sua totalidade, não adotam o sistema de um só período. O reitor do seminário diocesano mais florescente do Nordeste contou-me uma experiência que fizera nesse sentido. A pedido do Bispo, modificara o horário das aulas, fixando-as tôdas para o período da manhã. Foi um desastre: não somente o aproveitamento intelectual, mas também o estado de espírito dos alunos decaiu rapidamente. O único recurso foi voltar ao sistema antigo.

Entre nós alguns seminários querem imitar os métodos europeus, mas se esquecem que a nossa raça é outra e inteiramente diverso é o nosso clima.

2 — O problema das férias

No inquérito a que nos referimos, 50% dizem ter perdido a vocação nas férias. Os motivos alegados são sempre os mesmos: divertimentos, namôro, más companhias.

As férias junto aos pais ou parentes são necessárias. Mas não deixam de constituir um grande perigo, sobretudo no ambiente cidadão. O mundanismo é por demais aliciador, a prova de fogo é grande demais para êles. "As férias são uma necessidade para os seminaristas como tempo de repouso, tempo de prova e escola prática". "Mas as férias são o grande escolho da vocação. O seminarista vive só no seu isolamento. A família é um ninho de afetos, mas almas comunicam-se mais pelo pensamento, e o seminarista que durante um ano inteiro viveu para os livros, não tem agora ninguém que o compreenda e pense consigo. Procura então evadir-se para distrações nem sempre criteriosas e companhias que, por melhores que sejam, nunca atingem seu ideal. O seu coração novo, rico de vida, de palpitação e de mistério, tende para a irradiação de si mesmo. E então, sem ninguém que o oriente, começa a declinar para o abismo. E assim, ao terminar as férias, muitas vêzes, sua alma tem a tinta de um crepúsculo, em que se pôs o sol da graça que lhe iluminou os primeiros dias ainda, ao sair do seminário" (18).

Se na "Menti Nostrae" Pio XII desaconselhava o isolamento demasiado do mundo, não entendia dizer com isso que os seminaristas passassem dois meses de férias num ambiente deletério. Pois num documento posterior faz uma séria advertência ao contrário: "Pensam alguns que os cristãos, e especialmente os sacerdotes, já não devem ser uns separados do mundo como outrora, mas devem pelo contrário, estar presentes

16) RFB, 1944, p. 225.

17) AEC, Rio, 28/8/54.

18) Frei Paulo de Santa Maria, "Lumen", 1943.

ao mundo e por conseguinte arrostar o perigo e pôr à prova a sua castidade para assim se patentear se têm ou não suficiente força para resistir. Vejam portanto tudo os jovens clérigos, para se habituarem a encarar tudo sem perturbação e para se imunizarem assim contra toda espécie de tentações. Dêste modo, facilmente lhes permitem fixar sem resguardo tudo o que lhes cai debaixo dos olhos". "É fácil lutar — comenta o mesmo Sumo Pontífice — a falacidade e o perigo de tal maneira de formar o clero e de o preparar para a santidade de sua missão: pois, quem ama o perigo, nêle perecerá". A recomendação de S. Agostinho não perdeu nada de sua oportunidade: "Não digais que tendes almas puras se tendes olhos impuros, porque os olhos impuros são mensageiros de um coração impuro".

"Qual o jardineiro que expõe às intempéries plantas escolhidas, mas ainda tenras, sob o pretexto de as experimentar? Ora, os seminaristas e os religiosos em formação são plantas novas e delicadas, que precisam de proteção e só progressivamente se vão habituando a resistir e a lutar" (19).

A instrução romana emitida outrora para o Brasil — note-se, numa época em que ainda se conservavam os bons costumes — rezava: "Mens tamen instructionum romanarum est ne nimium producantur feriae istae, praesertim in regionibus calidioribus; quapropter in his instructionibus maxime commendatur domus ad rusticandum, et revera, si vacationes longius protraherentur in domo paterna, taedium, pro maioribus praesertim, oriretur, spiritus boni seminaristae debilitaretur et abusus irreperent" (20).

Essa restrição é motivada pelo perigo da corrupção. "Periculum praecipuum, ob quod documenta romana vetant seminaristas Lusitaniae aliarumque regionum meridionalium vacationes apud suos agere, sunt pravitatis exempla... quo fit ut (alumni) in juveniles cupiditates proni, aut ab incepto deterrantur, aut sacerdotes futuri sint offensioni populo" (21).

Isso se aplica perfeitamente ao nosso caso. A conveniência portanto, aconselha férias em casa, mas a prudência desaconselha que ultrapassem mais de um mês. A casa de férias ou outro expediente para ocupar os seminaristas nesse período de tempo é uma necessidade. Muitos reitores não se conformam com isso. Mas terão de pagar cada vez mais caro a sua incompreensão. Motivos de ordem econômica não contam aqui. Pois, afinal, vocações frustradas dão muito mais prejuízo (22).

19) Pio XII, "Sacra Virginitas".

20) Epist. "Paternae providaeque" ad Episcopos Brasiliae, 18 Sept. 1890, Ench. n. 609; apud "Directorium Semin.", p. 326.

S. C. de Semin. et Stud. Univ. "In conventu plenario", Ench. n. 1369; apud "Direct. Semin.", p. 329.

22) Para uma informação mais completa dêsse assunto — o contato do seminarista com o mundo — recomendamos a leitura do artigo de palpitante atualidade, que escreveu Pe. Agostinho Gemelli O.F.M., na "Enciclopedia del Sacerdote", obra de grande fôlego, traduzida recentemente pela Edit. Taurus (Rua Conde de Valle Suchil, 4 — Madrid).

21) Leão XIII, Epist. "Paternae" providaeque" ad Episcopos Brasiliae, Ench. n. 609, Circ.

A "PORTA ABERTA" EM BERLIM

Arthur Rabuske S.J.

No dia 6 de agosto de 1958, festa da Transfiguração de Cristo, o então Bispo Diocesano e atual Cardeal — o mais jovem do Colégio Cardinalício — Dr. Júlio Döpfner, de Berlim, deu a bênção às salas da "Offene Tür Berlin" (Porta Aberta Berlim), situada na Rankenstrasse. Esta rua, se pudéssemos fazer uma comparação, encontra-se num ponto central como a "Rua da Praia" em Pôrto Alegre. Basta dizer que a "Porta Aberta Berlim" dista poucos passos da "Gedächtniskirche" (Igreja Comemorativa), a qual por sua vez, está bem dentro da "cidade ilha", dividida em duas partes, em meio ao luxo, à superficialidade e ao movimento mais agitado das ruas. E o que é hoje a Gedächtniskirche? Uma ruína teimosamente conservada, com suas paredes abertas, uma ruína que bem mercede a qualificação de fabulosa, pois ostenta um relógio de ponteiros refeitos e até mesmo dourados, junto com possantes refletores. Pois na vizinhança desta "igreja comemorativa" — ruína singular em que ninguém busca consôlo e conselho, num edifício de Seguros, o Pe. G. Graf Stillfried instalou há meio ano uma nova instituição pastoral que leva o nome de "Offene Tür Berlin".

Sentido e tarefa da "O.T.B."

Entrevistado pelo repórter da Rádio Freies Berlin, por ocasião de minha excursão de estudos a Berlim, em agosto passado, em companhia de 20 professôres estrangeiros e como representante destes, perguntou-me êle espontâneamente após a entrevista: "Padre, o senhor é jesuita, não é? Já visitou a "O.T.B."? E vendo minha falta de informação a respeito, apressou-se a dizer-me: "Padre, isto o senhor deve visitar! Tôda Berlim fala da "O.T.B." E numa tarde livre de programas oficiais fui-me à procura da "O.T.B.". Não tive grande dificuldade em encontrá-la, embora fôsse apenas meu quarto ou quinto dia em Berlim. Fui recebido com gentileza por seu organizador e primeiro diretor, o Pe. Stillfried. Em poucos minutos pude constatar que o radiolocutor não havia exagerado, pois não só os jornais, o rádio, os católicos e os comunistas, mas até meretrizes come-

garam a falar sobre a "O.T.B.". Uma delas, parou, logo nos primeiros dias da "O.T.B.", diante de uma de suas vitrines, olhou deconfiada, encaminhou-se para a segunda vitrine, examinou a exposição, e depois, batendo o pé na calçada, exclamou histérica: "Isto cheira mal! Isto é do demônio! Eu não quero que isto fique aqui".

Quando, no dia 6 de agosto de 1958, o bispo-cardeal de Berlim benzeu a "O.T.B.", disse entre outras coisas o seguinte sobre o sentido e a tarefa da "O.T.B.":

— O lugar de oração, em que ora celebramos pela primeira vez a santa missa, forma o centro das salas, que levam o nome de "Porta Aberta".

— Berlim é cidade aberta a tudo o que é movimento religioso... Segundo a voz do salmista há muita gente que "ansia em sua alma pela casa do Senhor", mas que não tem a coragem suficiente de se apresentar numa casa paroquial, numa igreja, ou seja, onde fôr, a um sacerdote... Aqui, na "O.T.B." é "bom estar-se", é "bom descansar-se", "sentir-se abrigado" de um borborinho de uma cidade de quase 4 milhões de habitantes. Trata-se de uma imagem viva da Igreja "morada", "casa paterna", de Deus em que está Cristo e o seu ministro com a salvação eterna. A dois passos, lá fora, reina o mundo estranho e os que nele correm, acham-se sem teto, com saudade e à procura do verdadeiro lar paterno.

— Esta instituição que hoje inauguramos, quer preencher a tarefa de porta. Ela quer ser, à beira do caminho, ingresso convidativo para Cristo, para a Igreja, para a vida eterna. Ela quer ser porta, aberta para todos os que perguntam e procuram a que de uma forma ou de outra querem acertar com o caminho para casa.

— Ela quer ser "luz" na escuridão das almas dentro de uma cidade que quase não conhece a luz e mostrar o caminho certo no tatear incerto pelas trevas do mundo, que não a caminho para Deus...

— Quem em perguntas sobre a vida, procurar informação de coisas da Igreja, encontrá-la-á aqui. Em breves perguntas ou em longas palestras, em leitura não estorvada, em conferências e discussões.

— "Porta Aberta" quer ser aos que procuram, aos que vivem na agitação contínua, aos desesperados, um primeiro auxílio pela compreensão respeitosa e pela caridade compassiva. O espírito de Carlos Sonnenschein terá que estar vivo aqui: — Levar cada um a sério — ter tempo para todos — ajudar a cada um. Quem tiver necessidade de um sacerdote, há de encontrá-lo aqui em sua intimidade com o Divino Mestre e também com o seu poder sagrado de absolvição.

— "Porta Aberta" apenas é passagem, um primeiro serviço de piloto... Ela não atrai para si tarefa que outros possam executar. Ao que perguntar o caminho, aqui lhe será indicada a direção para onde os seus problemas serão resolvidos.

— No centro de toda a obra está a cripta, Nosso Senhor no Sacramento, que se chama a si mesmo de "porta". É para cá que leva ao final todo o labor humano.

Até aqui os extratos da palavra do senhor cardeal-bispo de Ber-

lim, quando da bênção da abertura da "O.T.B.", no dia 6 de agosto de 1958, portanto uma semana antes do 78º Congresso Católico alemão de 13-18 de agosto. Visitando a "O.T.B." oito dias depois do Congresso, já pude ver registradas naquela ocasião cerca de duas mil visitas ou consultas. A "O.T.B." foi uma das grandes atrações do Congresso, que lhe deu renome mais rápido. Basta lembrar que ao menos meia dúzia de bispos a visitaram e pediram ao seu Diretor, fôsse êle organizar coisa idêntica em suas dioceses. Alguns dêles, por ser isso impossível ao Pe. Stillfried, mandaram um representante para o estudo detalhado, no sentido de uma eventual imitação.

Sendo a "O.T.B.", realmente uma "porta aberta", é claro que se podia contar com a visita de gente de todos os credos. Desta maneira não se fizeram esperar muito tempo os comunistas, pois três dias depois da inauguração dizia-se na "Berliner Zeitung" do setor soviético, em seu número 189, de 10 de agosto, na sua 1.ª página:

"Centro de informação" sob falsa bandeira. (Título principal). E como sub-título a advertência: "Serviços tendenciosos e propaganda oculta da NATO, põe em perigo os cidadãos católicos da DDR".

"Aos participantes do 78º Katholikentag alemão, recomenda-se um centro de informação nas vizinhanças da Gedächtniskirche, na Berlim Ocidental, o qual "está à disposição de informes religiosos e para palestras com os que procuram e querem explicação em questões religiosas". Está sob a direção do sacerdote jesuíta Stillfried. Uma visita a êste local mostrou que o pessoal da "O.T.B." em absoluto se restringe a servir "freguezia" de igreja, mas que de um modo refinado está a serviço da política e estratégia da NATO".

Não me furto ao prazer de transcrever mais alguns períodos do mesmo jornal e artigo, onde se "mostra" e "prova" que a "O.T.B." é um instrumento político da NATO.

Além das relações — continua o articulista — sôbre viagens e história de bichos, encontram-se lá expostas obras grosseiras como a de Jorge Mike "A Revolução na Hungria", em que se faz o panegírico da revolução e do terror branco. Em outras obras, assim na de Kurt Zentner "A ascensão do Nada", pratica-se uma "investida" contra a estrutura socialista da República Democrática Alemã. A revista da Associação de moços católicos "Fährmann" (Barqueiro), exposta em diversos exemplares, contém um artigo sôbre a DDR, artigo êsse todo escrito em linguagem de guerra e desfigura tendenciosamente as condições da (nossa) República, menosprezando as realizações dos trabalhadores e glorificando a República Federal Alemã, como "Estado Livre"...

O que se propõe e o que se acha na "O.T.B."

No folheto "propaganda" e na primeira vitrine lê-se: Centro de Informação Religiosa — biblioteca — sala de clube — exposições — encontro — palestra pessoal — cripta. Depois, o convite em tipo miúdo: "Venha e veja! A O.T.B.", um centro religioso de informação, quer

ser interpretada ao pé da letra. Ela quer estar aberta para todos. Você há de encontrar homens à sua espera e coisas do seu interesse; homens que levam a sério as suas perguntas e que respeitam a sua convicção pessoal na luta comum pelos problemas do tempo; coisas que podem esclarecer a sua posição frente à religião, ao cristianismo e à Igreja. A "O.T.B." oferece: — Informação — biblioteca — salas de clube — caixa para perguntas — exposições — conferências e discussões — encontro — palestra confidencial — consulta a especialistas — conversação com um sacerdote católico e um cantinho de oração na cripta.

E, por fim, em letra corrente... a pergunta: "Vai visitar-nos?"

* * *

Ante tal programa-convite, não admira que os diários berlinenses encontrassem nomes como "pastorcio de almas em caminhos modernos", "sítio de palestra confidencial para todos", "vitrines de Deus", "freguesia das almas", procurando desta maneira descrever o que é a "O.T.B."

Descreveremos agora em rápidos traços a visita de "muitos" dos que "descobrem" a "O.T.B." na Rankenstrasse.

O transeunte examinou as duas vitrines, viu a placa com as iniciais OTB e depois leu o grande letreiro: "Offene Tür Berlin". Deitou um olhar para a porta de vidro, para continuar seu caminho até a seguinte esquina. Aí pára e reflete. Volta sobre os seus passos e titubeante põe a mão no trinco da porta e entra no recinto com uma pergunta preparada com antecipação... Raras vêzes é diferente. E êle não é recebido logo, muito menos imediatamente pelo sacerdote. Fica-se à vontade no salão para ler um jornal católico, para folhear uma revista ou descobrir um livro na biblioteca. Quem atende primeiro é um jovem senhor ou uma senhorita, para tomar as primeiras informações ou dar as primeiras respostas. Conforme o caso e o desejo do visitante, é êle convidado a descer os degraus que levam para a cripta, onde poderá conversar em paz com Cristo e também receber o sacramento da confissão. Outras vêzes deseja uma palavra confidencial "de mulher a mulher" e então atende uma holandesa que estudou filosofia e teologia e que sabe expressar-se em seis línguas. Para muitos é uma verdadeira felicidade em seu desespero da vida, ouvir quem os leva a sério e os escute com atenção, dando-lhes uma solução e uma palavra animadora: Disse-me o Padre que se precisa de adaptação e finca psicológica para acertar com as necessidades de cada um. E também que o trabalho é enorme. São necessários, afirmou, ao menos três sacerdotes, para começar. A "O.T.B." contava, de início, apenas quatro pessoas com a do Diretor. Em Amsterdam, na Holanda, onde se trabalha neste sentido desde 1943, há nove sacerdotes e 86 auxiliares.

Enquanto conversámos o Pe. Stillfried conduziu-me para a cripta: "Isto é o centro da obra. Aqui começamos o dia com a Missa e a Comunhão de todos os de casa. Todos os visitantes voltam da cripta, católicos ou não, com uma exclamação nos lábios: "Esta capela é simplesmente impressionante". De fato, com o seu altar livre no centro do recinto, moderno, levantado com pedras calcáreas dos mais variados tamanhos, é

bem um símbolo da Igreja, que é Cristo vivo; com o seu confessionário ao fundo, quase imperceptivelmente confundido com a parede, mais o crucifixo talhado em madeira: tudo isso junto com a luz indireta quase misteriosa, convida a orar, a falar com Deus. Por uns instantes deixa-se de ouvir o estrépito das ruas e mergulha-se num outro mundo".

Para o sustento financeiro da obra, disse-me o Pe. Stillfried, são necessários 5.000 DM mensais. Um industrial católico prontificara-se a dar todos os meses esta quantia, mas, pedindo o conselho de um sacerdote, ouviu da parte deste que a "O.T.B." não tinha futuro e que não compensava. Assim o Pe. Stillfried continua arcando com mais essa cruz até que Deus fôr servido esclarecer mais as inteligências. Por ora existe um centro mantenedor, registrado, de meios particulares.

A "O.T.B.", aproveitou-se em suas instalações da experiência feita na Holanda. Mas, disse-me o seu Diretor: "Cada cidade tem o seu clima e os seus problemas específicos, a sua situação..."

Queremos terminar estas considerações, repetindo o que, há mais de 3 anos, escreveu um grande apóstolo de Berlim, o assistente eclesiástico de estudantes, Dr. Carlos Sonnenschein, em suas notáveis "notícias": "...das ruas desta cidade, ó Deus, Tu fugiste. Do casario destes homens e do brilho falso destas luzes... Tu ainda moras nos pórticos das igrejas... Mas a cidade não te conhece mais! Ela não trocou contigo as cartas. Tu não és apresentado!

A "O.T.B." exerce êste papel de "apresentar a Cristo" aos homens de um cidade cosmopolita, como é a Berlim de quase 4 milhões de habitantes.

ANUÁRIO DOS RELIGIOSOS DO BRASIL — 1958

- Em dois volumes, com 1.200, páginas.
- Excelente apresentação gráfica. Impresso no Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Relação completa de todas as obras que os religiosos e as religiosas mantêm no Brasil.
- Relação nominal dos Sacerdotes religiosos e dos Irmãos das Congregações não clericais, com indicação da data de nascimento, ordenação ou profissão, nacionalidade, província religiosa.
- Relação das cidades do Brasil, com indicação da população, Estado e Diocese em que se encontram, e especificação detalhada das casas religiosas existentes.
- Como encartes, no 2.º volume se encontram os Sumários gerais e o Mapa Eclesiástico do Brasil.

A venda na

Conferência dos Religiosos do Brasil - Rio

Preço : Cr\$ 920,00

CASOS PRÁTICOS SOBRE O DIREITO DAS RELIGIOSAS

Pe. Frei Rafael de União OFM Cap.

CASO IV — SOBRE O CONFESSOR OCASIONAL

IRMÃ ROSÁLIA, Religiosa de boa formação e muito amante de suas obrigações, muitas vezes era escolhida pela Superiora para ir à rua realizar compras e executar outros mandados.

Sendo a Irmã Rosália, uma alma bastante delicada e não raramente sentindo a necessidade de tranquilizar a sua consciência, nestas saídas, mesmo sem fazer ciente a Superiora, aproveitava a ocasião para dirigir-se a um ou a outro sacerdote zeloso e que se interessava pela sua alma, restituindo-lhe a serenidade de sua consciência.

Infelizmente, a Superiora veio a saber deste procedimento da Irmã Rosália e a repreendeu severamente, dando-lhe também um castigo de, por um ano, não sair de casa para estas confissões extraordinárias e de contentar-se com o confessor ordinário.

PERGUNTAMOS:

1. Estava agindo bem a Irmã Rosália em dirigir-se, para a tranquilidade de sua consciência, a um determinado sacerdote, sem ter antes declarado isso à Superiora?

2. Agiu bem a Superiora em repreender a Irmã Rosália e em castigá-la a não mais procurar um sacerdote que tranquilizasse a sua consciência?

I — Princípios Jurídicos

Cânon 520. — § 1. A cada casa de Religiosas dê-se só um confessor ordinário, que ouça de confissão sacramental toda a comunidade, se, atento o grande número delas ou outra causa justa, não são necessários dois ou mais.

§ 2. Se qualquer religiosa para a paz da sua consciência e maior progresso no caminho de Deus, pede algum confessor ou diretor espiritual especial, o Ordinário conceda-lho com facilidade; porém, vigie para que dessa concessão não provenham abusos, e, se estes aparecerem, elimine-os cautelosa e prudentemente, salva a liberdade de consciência.

Cânon 521. — § 1. A cada comunidade religiosa dê-se um confessor extraordinário, que vá à casa religiosa ao menos quatro vezes ao ano, devendo todas as Religiosas ir ao confessionário ao menos receber a bênção.

§ 2. Os Ordinários dos lugares em que existem casas de Religiosas designem alguns sacerdotes para cada casa, aos quais possam recorrer com facilidade em casos particulares para efeitos de confissão sacramental, sem ser necessário pedir cada vez jurisdição ao Ordinário.

§ 3. Se alguma Religiosa pedir algum destes confessores, não é lícito a nenhuma Superiora por si ou por outrem, nem direta nem indiretamente: a) inquirir a razão do pedido; b) contrariar a petição por palavras ou ações; c) mostrar de algum modo que atende ao pedido de má vontade.

Cânon 522. — Se apesar do disposto nos cânones 520 e 521, alguma Religiosa, para tranqüilidade de sua consciência, se dirigir a um sacerdote aprovado pelo Ordinário para ouvir confissões de mulheres e se confessar em qualquer igreja ou oratório mesmo semi-público, a confissão é válida e lícita, revogado qualquer privilégio contrário, nem a Superiora pode proibir isso, nem investigar isso nem sequer indiretamente, e as Religiosas não são obrigadas a contar-lhe nada.

II — Aplicações destes princípios

1. De tôdas estas determinações do Direito Canônico, prescrevendo para as Religiosas confessores: ordinário, extraordinário, especial, suplementar e concedendo, além de todos estes confessores, à Religiosa, para a tranqüilidade de sua consciência, a permissão de recorrer a qualquer sacerdote aprovado para a confissão das mulheres e em qualquer igreja ou oratório, mesmo semi-público — tudo denota a grande preocupação, a grande solicitude da Igreja, mãe sempre carinhosa e benígna em deixar amplíssima liberdade de consciência às Religiosas.

Note-se que a Igreja, neste ponto, mitigou consideravelmente a sua doutrina, abolindo quase tôdas as restrições antigas, tendo em vista, sem dúvida, as dificuldades que se encontravam na disciplina antiga.

2. Tenha-se em mente que em assunto tão delicado e de tão grave importância, não se devem seguir estradas erradas; o caminho seguro aqui são as várias e prudentes prescrições do Código de Direito Canônico e a interpretação dos comentaristas mais autorizados, que escreveram sobre este assunto, de modo que as Superiores e súbditas saibam sapiente e prudentemente regular-se e tenham uma norma fixa e segura sobre o que lhes é lícito em matéria de confissões (Cfr. *Jardi*, n. 284-285, p. 85).

3. As Religiosas, que têm o múnus de Superiora, devem ter noções bem claras nesta esfera, especialmente sobre o cânon 522, que também nos dará a solução para o caso acima referido: caso que muito bem pode dar-se na vida prática.

4. As palavras "para a tranqüilidade de consciência", que indicam o motivo suficiente para que uma Religiosa possa recorrer a outro confessor, tanto dentro como fora de casa, devem ser interpretadas em sentido amplo e basta, portanto, qualquer motivo que favoreça esta tranqüilidade de consciência. Tais motivos seriam, como Creusen exemplifica: resolver uma dúvida sobre uma falta cometida, uma tentação, uma obrigação imposta ou livremente aceita; maior facilidade em manifestar a sua consciência com maior liberdade que com o confessor ordinário; a

omissão involuntária da confissão sacramental no dia marcado; o desejo de confessar uma falta leve, porém, mais deliberada que as ordinárias; aproveitar a ocasião de confessar com um sacerdote muito instruído ou experimentado.

5. Alguns autores apoiados naquelas palavras do cânon 522: "Se alguma Religiosa se dirigir a um confessor...", defendiam que a palavra "adeat" (dirigir-se) devia excluir, sob pena de invalidez, qualquer pedido, indicação ou chamada por parte da Religiosa, devendo a Religiosa dirigir-se ao lugar onde está o confessor, e, se êle estiver na casa religiosa, não tenha sido chamado para confessar. Esta doutrina não pode ser mais defendida depois da resposta da Comissão Intérprete do Código, na qual expressamente se diz que o confessor aprovado para ouvir confissões de mulheres pode ser chamado à casa religiosa para ouvir as confissões das Religiosas. A palavra "adeat" (dirigir-se), portanto, não quer dizer que a Religiosa tem de sair de casa para procurar um confessor que esteja a confessar, mas significa que tanto pode fazer isso como chamá-lo ao lugar legitimamente designado para ouvir confissões de mulheres ou Religiosas. Estas podem, por consequência, chamá-lo, exclusivamente para êsse fim à casa a que pertencem.

6. As confissões são válidas e lícitas contanto que se façam na igreja ou oratório, mesmo semi-público, ou, conforme a resposta da Comissão Pontifícia, noutro lugar legitimamente destinado para ouvir confissões de mulheres, como sacristia e outras dependências da igreja. A circunstância de lugar afeta a validade, como expressamente declarou a Comissão Pontifícia a 28 de dezembro de 1927, de maneira que a confissão feita a um sacerdote sem jurisdição especial em lugar ilegítimo é inválida.

7. Com maior razão do que na própria igreja, pode a Religiosa, autorizada a sair de casa, dirigir-se a outra igreja ou capela e aí confessar-se com qualquer confessor aprovado para as mulheres; e sobre isto não há a menor dúvida.

8. A Religiosa que sai de casa, seja qual fôr o motivo, quer tenha sido mandada pela Superiora, quer tenha pedido licença, pode aproveitar a ocasião fazendo uso desta faculdade que o direito concede.

9. Como ordinariamente as Religiosas não podem sair de casa sem autorização da Superiora, precisam de licença para a saída; conseguida, porém, essa licença, pode a Religiosa dirigir-se com liberdade à igreja ou capela alheia; e, ainda que a principal intenção da saída fôsse confessar-se e não o motivo que expôs à Superiora, a súbdita não teria nenhuma obrigação de manifestar tal intenção ao pedir a licença, nem a Superiora poderia perguntar sobre isso.

10. Mesmo no caso em que uma Religiosa saia ilegítimamente da casa religiosa para se confessar, ilícita, por certo, seria a sua saída; a confissão, porém, por si, não é ilícita (Chelodi).

11. A Superiora não tem obrigação estrita de dar licença nesses casos à súbdita, ainda que esta manifeste expressamente o desejo de se confessar, porque o querer confessar-se fora de casa, ou seja, em igreja alheia, não é motivo suficiente para exigir licença para sair, podendo

neste caso a Superiora comportar-se como nos casos de saídas ordinárias.

12. Em todo caso, como a Superiora deve ter entranhas de caridade e coração de mãe, procederá sempre com prudência e discrição, dando de boa vontade as licenças, principalmente quando pode prever que isso há de ser em benefício espiritual da súdita, o qual é de presumir, e não que ela proceda levada pelo capricho, curiosidade ou desejo de vagar, senão para tranqüilizar a sua alma.

13. Em todos êstes casos não se deve esquecer que, se o direito concede grandes facilidades à Religiosa para a sua tranqüilidade espiritual, ela deve, por sua vez, corresponder com o uso discreto e por motivo de consciência, e desta maneira as sábias disposições de nossa carinhosa mãe a Santa Igreja, contribuirão para conservar a paz e tranqüilidade interior das Religiosas e o bem estar da comunidade.

14. A Sagrada Congregação dos Religiosos, à pergunta, como se deveriam comportar as Religiosas que para a tranqüilidade da própria consciência desejem confessar-se com um confessor aprovado pelo Ordinário para mulheres, sem que o saiba a Superiora, respondeu: "O cânon 522 permite que a Religiosa aproveite a ocasião, se ela aparecer, de se confessar, para tranqüilidade da sua consciência com um confessor aprovado para mulheres, mesmo sem o saber a Superiora; a Superiora, porém, e o Ordinário não têm obrigação de procurar essa ocasião, e muito menos ainda, por isso, se deve mudar alguma coisa nas Constituições ou nas leis da clausura. À dúvida creio que se deve responder: esperem a ocasião de o poderem fazer sem violar nenhuma regra sôbre as saídas de casa; e sofram com paciência se nenhuma ocasião aparecer".

Estabelecidos êstes princípios fundamentais, concluimos:

1. A Irmã Rosália, de modo algum, era merecedora da repreensão e menos ainda do pesado castigo que recebeu. Agiu bem, não transgrediu nenhuma norma de sua casa religiosa. Serviu-se apenas e com razão de uma permissão, de uma faculdade, que lhe concede o Direito.

2. A Superiora agiu mal, em repreender ásperamente e em castigar a Irmã Rosália. Não atendeu devidamente ao que diz o canon 522 sôbre esta confissão para a tranqüilidade de consciência: "nem a Superiora pode proibir isso, nem investigar isso nem sequer indiretamente, e as Religiosas não são obrigadas a contar-lhe nada".

E a Santa Igreja, defendendo amorosamente a plena liberdade de consciência das Religiosas, no último cânon do Código de Direito Canônico, fulmina uma penalidade contra a Superiora, que agir contra êstes cânones acima referidos: "A Superiora, diz o cânon 2414, que agir contra o disposto nos cânones 521, § 3, 522, 523, seja admoestada pelo Ordinário local, e, se delinquir de novo, seja pelo mesmo punida com a privação do ofício, notificando imediatamente o caso à Sagrada Congregação dos Religiosos".

A **caridade de Cristo**, eu penso, é um meio fortíssimo e indispensável para que, neste ponto, não haja transgressões e Superiora e súditas estejam sempre em perfeita harmonia **in vínculo pacis**.

COMPETÊNCIA PROFISSIONAL E FIDELIDADE CRISTÃ

Conclusões da III Assembléia Geral da ABESC — Serviço Social

1 — Considera-se fundamental associar, no Serviço Social, ao aspecto “profissão” o aspecto “vocação”. Esses dois aspectos devem ser levados na devida conta por ocasião do recrutamento e da seleção dos candidatos e alunos, como garantia para a formação de Assistentes Sociais que, como profissionais, dêem testemunho cristão.

2 — Considera-se que a localização de Escolas de Serviço Social em meios pequenos, limita o recrutamento de alunos, a escolha de bons professores e supervisores de estágio e, conseqüentemente, a formação dos alunos. Assim é que pensamos ser prejudicial a instalação de novas Escolas de Serviço Social no Brasil, uma vez que todos os Estados da Federação (com exceção de dois) já estão atendidos.

Solicita-se à ABESC que dê conhecimento desta nossa conclusão aos Secretariados de Ação Social e de Educação e Cultura da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e à Conferência dos Religiosos do Brasil, a fim de que, ao menos, se evite a instalação de novas Escolas Católicas na precária situação acima apontada.

3 — As Escolas de Serviço Social católicas lamentam a falta de base e de vivência cristã com que lhes chegam os alunos, o que impede que lhes seja ministrada uma verdadeira cultura religiosa superior considerada indispensável à sua atuação profissional.

4 — Concorde-se que o ambiente em que vivem os alunos das Escolas de Serviço Social é descristianizado. Pensa-se, entretanto, que sua missão é a de formar cristãos apesar deste ambiente e neste ambiente descristianizado, tendo como objetivo o erguimento do mesmo. Daí a necessidade de uma revisão não só dos programas de Cultura Religiosa, como também a mobilização de tôdas as forças vivas da Escola, isto é, direção, corpo docente e discente, para um trabalho comum.

5 — Sugere-se às Escolas de Serviço Social: —

a) que peçam aos professores a bibliografia onde se encontra a base doutrinária católica de suas várias cadeiras;

b) que procurem dar a seus alunos um conhecimento e uma vivência da Doutrina Social da Igreja que os capacite a julgar e a atuar com segurança em relação às necessidades presentes;

6 — Considera-se da mais alta importância a interpretação do Serviço Social em vários níveis:

— aos futuros candidatos às Escolas de Serviço Social;

— aos outros profissionais que trabalham em equipe com os Assistentes Sociais;

— aos empregadores dos Assistentes Sociais e classes dirigentes;

— aos próprios clientes.

Para que isto possa ser feito, sugere-se que, primeiramente, a Associa-

ção Brasileira de Escolas de Serviço Social, através das várias Escolas de Serviço Social localizadas em todo o território nacional, promova uma pesquisa inicial a fim de indagar o que esperam do Serviço Social os demais profissionais e aqueles que empregam ou podem empregar os Assistentes Sociais;

7 — Considera-se a Justiça e a Caridade as virtudes básicas do Assistente Social. Também a Humildade e a Paciência são importantes para o exercício profissional. Mas para que estas virtudes possam ser bem praticadas pelos Assistentes Sociais, devem eles receber uma primeira formação nas Escolas e buscar sempre o seu constante aperfeiçoamento;

8 — Lembra-se, como de grande necessidade, o aparecimento, nos diversos Estados, de grupos de católicos Assistentes Sociais que procurem, em torno de um centro de interesse (como, por exemplo, o estudo dos documentos pontifícios) um maior conhecimento da doutrina católica aplicada à sua profissão, bem como uma constante renovação espiritual. Como o Assistente Social trabalha sempre com outros profissionais, lembra-se que estes grupos poderiam ser formados não só de Assistentes Sociais mas também dêsses outros profissionais, o que alargaria horizontes e traria ao Serviço Social u'a maior contribuição.

COMUNICAÇÃO E CRONICAS

Exames finais do Concurso Nacional de Formadoras de Catequistas

Conforme deliberação das Madres Gerais e Provinciais, durante a III Assembléia dos Superiores Maiores do Brasil, de julho p.p., realizar-se-ão os exames finais do Concurso Nacional de formadoras de catequistas, precedidos por um curso intensivo preparatório na segunda quinzena de janeiro próximo. O curso intensivo, de uns 10 dias, sobre as três matérias do concurso, será dado por professores que serão também os examinadores. O curso é facultativo e franqueado também a Religiosas que não pretendam participar no Concurso.

Até o momento 18 candidatas, pertencentes a 9 Congregações diferentes, estão inscritas para os exames finais do concurso.

As candidatas, que ainda não se inscreveram, mandem, quanto antes, para a CRB, conforme o N.º 17 do regimento do concurso (Revista da CRB, N.º 28, pág. 579):

- 1) o "Curriculum vitae" assinado pela candidata, visto pela Mãre Provincial;
- 2) o Relatório sobre as atividades como catequista ou formadora de catequistas;
- 3) a autorização da Mãre Provincial a) para participar dos exames finais no Rio, b) para aproveitar eventualmente o prêmio, que é pessoal.

Brevemente comunicaremos a tôdas as candidatas data exata e local do curso intensivo e exames, nome dos professores e examinadores, como também sobre a organização dos exames.

Irmãs Auxiliares de N. S. da Piedade

A Congregação das Irmãs Auxiliares de N. Sra. da Piedade fundada

em 1892 por Mons. Domingos Evangelista Pinheiros, e com Casa Generalícia em Belo Horizonte, acaba de ser agraciada com a aprovação pontifícia. Os documentos de aprovação, que se encontravam em poder de S. Emcia. Revma. o Sr. Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, foram entregues, no domingo, dia 2 de agosto, por S. Excia., Revma. Dom João Resende Costa, DD. Bispo Coadjutor de Belo Horizonte.

Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade

Comemorado o 1.º decênio da chegada ao Brasil, as Irmãs Missionárias de Caridade publicaram um pequeno opúsculo, bem ilustrado, que documenta suas atividades em terras brasileiras.

Fundadas em 1915 por Dom Ortione, com a finalidade de auxiliar o próximo, principalmente os mais desamparados, na cidade de Tortona, que foi seu berço, espalharam-se pela Itália, logo após pela Polônia, onde escreveram uma página de ouro durante a segunda guerra mundial, e finalmente pelo Uruguai, Argentina, Chile, Estados Unidos, Suíça.

No Brasil chegaram em 11 de abril de 1949, instalando-se em Belo Horizonte, no "Lar dos Meninos" e depois em Paraíba do Sul, onde se encontra atualmente o Noviciado. Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Niterói, Siderópolis, Rio Claro, Guararapes, contam com suas casas. Encontram-se também em terra de missões, exercendo seu apostolado em Tocantinópolis e Xambioá. Mais uma casa foi aberta durante o corrente ano na capital paulista, tendo ainda em construção o Instituto "Mater Dei" com a finalidade de amparar as crianças retardadas, inválidas e defeituosas.

Instalação da AEC do Ceará

Em sessão solene, sob a presidência do Exmo. Sr. Arcebispo, D. Antônio de Almeida Lustosa, realizou-se a 17 de maio do corrente ano, no auditório do Colégio da Imaculada Conceição, a instalação oficial da AEC do Ceará, estando presentes representantes de 43 Estabelecimentos da capital e 4 do interior. Dez outros Educandários do interior se fizeram representar por membros das respectivas Congregações, residentes em Fortaleza.

Aberta a sessão, ouviu-se o canto do VENI CREATOR por todos os assistentes, procedendo-se em seguida à tomada de posse da primeira Diretoria, assim constituída:

Presidente	—	Revmo. Pe. Jessé de Souza Oliveira
Vice-presidente	—	Revmo. Pe. Jonas Barros
1.ª Secretária	—	Me. Maria da Luz Ferreira R.S.D.
2.ª Secretária	—	Ir. Lúcia Cals F.C.
Tesoureira	—	Ir. Judgarda Maria I.M.C.
Conselheiros:	—	Revmo. Pe. Valdemar Marques S.J.
		Revmo. Pe. Eduardo Wanderley da Fonte S.D.B.
		Madre Maria Inês D.I.C.
		Ir. Fausta Maria T.C.

O Revmo. Pe. Valdemar Marques S.J. expôs, em rápidos traços, a origem, finalidades e realizações da AEC do Brasil.

Dando brilho à solenidade as Religiosas Salesianas executaram um nú-

mero de arte. O Revmo. Irmão Valério Luiz, na qualidade de representante do Revmo. Pe. Artur Alonso S.J., Presidente da AEC do Brasil, congratulou-se com a primeira Diretoria Estadual da AEC, fazendo votos para que a mesma tenha um período de plenas e frutuosas realizações.

Em nome da Diretoria, o Revmo. Pe. Jessé agradeceu as palavras de estímulo do Revmo. Irmão Luiz, manifestando também a intenção de realizar, quanto possível, o encargo que lhe foi confiado.

Encerrando a sessão, o Exmo. Sr. Arcebispo mostrou-se visivelmente satisfeito, dizendo que naquele dia a Arquidiocese de Fortaleza deu um passo à frente, com a fundação do núcleo estadual da AEC e agradeceu a Deus de todo o coração, ter-nos dado este presente, na festa do Espírito Santo.

Terminando de falar S. Excia., ouviu-se o disco do Hino oficial da AEC, cantado também pelos presentes que já o conheciam.

NOVAS FUNDAÇÕES

S. Antônio de Jesus, Bahia. — O Exmo. Sr. Bispo de Amargosa, Dom Florêncio Sisínio Vieira, está precisando de uma Congregação Religiosa, possivelmente masculina, para tomar conta de um ginásio em Santo Antônio de Jesus. Darão um terreno no centro da cidade e um pavilhão de 40 metros, novo, onde funciona ou deve funcionar o internato. A Congregação encarregar-se-ia do internato. Santo Antônio é uma cidade de 16 mil habitantes, centro de comunicações com as melhores zonas da Bahia, com o sudoeste, sul e recôncavo, servida por estrada de ferro e de rodagem, sendo esta a futura Rio-Bahia a ser asfaltada. Dista da capital apenas 4 horas de trem. Já funciona o externato com mais de 100 alunos. É necessário o internato para fazer face a uma grande colégio protestante de Jaguaquara.

Miracema, Rio de Janeiro. — A Presidente da Associação de Amparo à Maternidade e à Infância de Miracema pede uma Congregação de Irmãs para a "Maternidade Alzira Vargas de Amaral Peixoto", obra que mantém 20 leitos gratuitos e quartos particulares, e cuja administração deseja entregar às Religiosas. O Revmo. Pe. Vigário promete dar toda assistência religiosa — A cidade de Miracema fica a km 300 do Rio, e tem ônibus diário de ida e volta.

Lavrinhas, São Paulo. — Pedem Religiosas para a direção de um Instituto, fundado por sócios católicos e não católicos, com atualmente 18 meninas internas. Os sócios católicos querem entregar a direção a Irmãs no mais breve espaço de tempo possível, para que não caia em mãos de espíritas.

Iconha, Espírito Santo. — Convidam uma Congregação Religiosa de educadoras que queira fundar um colégio nesta cidade do Sul do Espírito Santo, que conta com apenas 1.000 habitantes (9.000 no município), mas que é de um futuro promissor, à beira da estrada Rio-Vitória, que ligará ao Norte pelo litoral. Oferecem terreno amplo para construção.

Pôrto Velho, Terr. de Rondônia. — O Prelado Nullius pede Sacerdotes e Religiosos que queiram trabalhar na Prelazia, fundando também casa Religiosa. Na cidade e no interior há trabalho para muita gente, e os poucos sacerdotes, sozinhos, não podem dar conta do imenso campo de apostolado.